

Esta publicação apresenta os resultados das ações desenvolvidas no projeto Cultura, Juventudes e Redução de Danos, realizado pelo Centro de Convivência É de Lei, selecionado no Edital Viva Jovem, que é uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) em parceria com a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC). A iniciativa faz parte das ações previstas no Plano Juventude Viva (2010), cujas metas contemplam o financiamento de ações da sociedade civil no trabalho com jovens em situação de violência para promoção de direitos e diminuição de vulnerabilidades.



# Cultura, Juventudes e Redução de Danos



CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI

Centro de Convivência É de Lei

# **Cultura, Juventudes e Redução de Danos**

*Corrego*



2014

C397 Centro de Convivência É de Lei  
Cultura, juventudes e redução de danos / Centro de Convivência É de Lei – São Paulo: Córrego, 2015.  
130 p.; 14 × 21 cm  
ISBN 978-85-67240-32-9

1. Juventude. 2. Cultura. 3. Jovens – conduta. I. Centro de Convivência É de Lei.  
II. Título.

CDD 305.23

Índice para catálogo sistemático

I. Juventude : Cultura

Imagem da capa: Registro da intervenção fotográfica urbana  
“É de dentro e de fora”, participante do projeto *Inside out*,  
do fotógrafo JR. Ponto de Cultura É de Lei, 2012.

## Sumário

1. Apresentação	7
2. O trabalho de campo do Centro de Convivência É de Lei	17
3. A prática em redução de danos no espaço de convivência	40
4. Cultura e redução de danos no Centro de Convivência É de Lei	47
5. De Rolê nas medidas socioeducativas	69





## Apresentação

*Bruno Ramos Gomes  
Isabela Umbuzeiro Valent  
Nathalia Oliveira da Silva  
Pedro Brandão*

Esta publicação apresenta os resultados das ações desenvolvidas no projeto *Cultura, juventudes e redução de danos*, realizado pelo *Centro de Convivência É de Lei*, selecionado no Edital Viva Jovem, que é uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) em parceria com a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC). A iniciativa faz parte das ações previstas no Plano Juventude Viva (2010), cujas metas contemplam o financiamento de ações da sociedade civil no trabalho com jovens em situação de violência para promoção de direitos e diminuição de vulnerabilidades.

< Registro da intervenção fotográfica urbana *É de dentro e de fora*, participante do projeto *Inside out*, do fotógrafo JR. Ponto de Cultura É de Lei, 2012.

## Juventudes e redução de danos

Desde que se iniciaram no Brasil as ações na perspectiva da redução de riscos e danos associados ao uso de drogas, existe certa polêmica sobre como seria possível e quais seriam os limites éticos no trabalho com adolescentes e jovens nesta perspectiva. As questões geralmente circulam em torno de dúvidas sobre o quanto é lícito oferecer insumos como cachimbos e seringas aos adolescentes e crianças usando drogas em situação de rua, ou se é necessário separar este público dos adultos. Pensando a redução de danos a partir do diálogo com o usuário, o pragmatismo para se encarar a realidade e a qualidade de vida, para além da saúde, os textos a seguir apresentam experiências que contribuem com a discussão acerca do desenvolvimento de estratégias inovadoras e transversais de redução de riscos e danos com jovens em contextos de vulnerabilidade.

## Juventudes

A ideia hegemônica de juventude baseia-se em uma formulação da Modernidade, a partir da reorganização da sociedade ocidental pós-Revolução Industrial no século XIX, em momentos diferentes em cada país do Ocidente.

Conforme os processos de produção foram se sofisticando, surgiu a necessidade de maior tempo de dedicação aos estudos para inserção no mundo do trabalho. É importante lembrar que até então, era muito comum encontrarmos crianças trabalhando em diversos

setores, situação que só se modificou por conta da reestruturação do trabalho e pela conquista de diversos direitos sociais.

Atualmente, a infância e certo período da juventude são garantidos por lei para exclusivo desenvolvimento e formação escolar como preparo para a vida adulta e aprendizado de uma profissão. Vale ressaltar que, se algum dia existiu essa transição linear e escalonada, ela não ocorreu sempre e em todos os grupos sociais, e até o presente momento existem muitas possibilidades e modos de inserção no “mundo adulto”.

Ao longo do século XX, a noção de juventude foi aos poucos sendo elaborada, pois por muito tempo consistiu basicamente em critérios como: idade cronológica, mudanças físicas e psicológicas. Também foi nesse século que se estabeleceu o entendimento de juventude como uma identidade cultural em que surgem novas maneiras de colocar-se no mundo e distintos modos de questioná-lo.

Essas características marcam a concepção de juventude como a idade da rebeldia, principalmente após o surgimento do *rock*, o movimento *hippie* e os constantes envolvimento políticos em causas que mobilizaram o século XX. Logo, uma definição etária para determinar o que é juventude se torna obsoleta e começa a ser ampliado o leque de categorizações desse segmento.

Atualmente, no Brasil, vivemos uma vasta estratificação social, um intenso processo de urbanização, o surgimento de diferentes setores econômicos, novas tecnologias, novos meios de comunicação e uma enorme diversidade cultural. Esse contexto demanda que se pense a juventude levando em consideração aspectos biológicos, culturais, históricos, sociológicos, psicológicos, estatísticos, filosóficos e antropológicos.

Nesse sentido, o Brasil deu um passo importante ao instituir o Estatuto da Juventude em 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Tal lei compreende uma multiplicidade de juventudes com singularidades de gênero, classe, cor, região de origem e cultura, bem como passa a considerar jovem todas as pessoas que têm até 29 anos.<sup>1</sup>

A ampliação do conceito de juventude não acaba com as contradições de uma sociedade complexa, mas ajuda a reconhecer as diversidades dessa população. Ações como essas podem ajudar a direcionar as políticas públicas no sentido de diminuir as desigualdades observadas nesta população.

## Plano Juventude Viva

### Reconhecendo o racismo histórico de nossa sociedade

A construção do Plano Juventude Viva é resultado de uma ampla articulação do Estado brasileiro, movimentos sociais e especialistas para enfrentamento da violência que atinge jovens em sua maioria negros, do sexo masculino, com baixa escolaridade, entre 15 e 29 anos e moradores das periferias dos centros urbanos. Esse perfil foi traçado a partir do momento que assumimos que os homicídios no Brasil tem cor e classe social, uma vez que

*os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Ministério da Saúde mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino<sup>2</sup>.*

Diante desses dados foi possível estipular a prioridade de ações do plano, cujo público-alvo são

*os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.<sup>3</sup>*

O Plano reúne ações pontuais de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio

<sup>1</sup> LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013 Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.)

<sup>2</sup> [www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano), acesso em 18/11/2014

<sup>3</sup> [www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano/publico](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano/publico), em 18/11/2014.

do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.<sup>4</sup>

O fato de existirem políticas públicas direcionadas a setores específicos necessariamente não modifica uma história de contradições construída ao longo de séculos, mas demonstra o reconhecimento do racismo como parte estruturante de nossa história. Reconhecer que existe racismo no Brasil é admitir que não apenas a sociedade reproduz tais práticas, mas que todas as instituições desse Estado estão contaminadas dessas ações criminosas uma vez que são constituídas por pessoas herdeiras desse mesmo processo histórico. O plano busca reverter a continuidade de uma história de segregação e extermínio da juventude pobre e negra.

## **Centro de Convivência É de Lei e o Projeto Cultura, Juventudes e Redução de Danos**

*O Centro de Convivência É de Lei* é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua há 16 anos no centro de São Paulo desenvolvendo ações que buscam diminuir vulnerabilidades relacionadas ao uso de drogas através da promoção de direitos sociais e o desenvolvimento de estratégias que levem a reflexões sobre o uso de drogas e o autocuidado destes usuários. Nos últimos anos, ampliamos nossas frentes de atuação desenvolvendo ações interdisciplinares e transversais incluindo principalmente a educação em Direitos Humanos e ações culturais, visando intervir – de forma mais incisiva – nos contextos que envolvem as pessoas que usam

<sup>4</sup> [www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano), acesso 18/11/2014.

drogas. As práticas culturais e artísticas têm composto esse conjunto de estratégias de diferentes formas.

Nosso público é predominantemente negro ou pardo. Muitos se encontram em situação de rua, possuem baixa escolaridade, fazem uso cotidiano de drogas, alguns são egressos do sistema prisional e estão envolvidos em situações de violência direta ou indireta. Tal contexto faz com que sofram diversas situações de violência, tanto em relações pessoais quanto nas relações com o Estado.

Olhando de perto, é possível afirmar que, se não fosse por uma coincidência etária, grande parte deles nunca viveu e não viverá a identificação social atribuída à juventude, pois muitos já nasceram tendo que dar conta da própria sobrevivência. Nasceram e logo já estavam no “mundo adulto”, sem tempo para viver o desenvolvimento da infância e juventude. São sujeitos que, em pleno século XXI, não compartilham dos mesmos direitos sociais da modernidade, apenas sofrem com as complexidades dessa nova sociedade. Com a infância e juventude sequestradas, não ganham nem o direito de sonhar. É com esses *juvens* – ou com adultos que tiveram juventudes como essa – que o *É de Lei* trabalha.

As relações com as drogas acontecem de maneiras distintas a depender dos vários contextos dentro de um mesmo território – no nosso caso, o centro de São Paulo. Essa variação nos leva a adotar estratégias diferentes nos ambientes que trabalhamos nesse projeto: um contexto de uso de drogas, na região do bairro da Luz denominada *cracolândia*, um serviço de acolhimento e convivência aberto a comunidade em geral, mas com intensa participação de pessoas em situações de vulnerabilidade social e dois serviços de medidas socioeducativas em meio aberto, que atendem jovens de até 21 anos em conflito com a lei.

Diferenciar esse público é fundamental. Cada jovem passa por situações distintas de acordo com o contexto em que vive, variando a forma como age no mundo e as possibilidades de acesso a direitos e serviços. Além do contexto, é importante considerar as diferentes relações que o sujeito estabelece com o uso de drogas: experimentação, uso eventual, abuso, dependência ou, ainda, relações que não dependem do uso em si, como, por exemplo, o trabalho no tráfico de drogas, dentre outras.

A questão das drogas habita o campo da moralidade e da ilegalidade. Assim, as pessoas que desenvolvem algum tipo de relação com essas substâncias, muitas vezes, são estigmatizadas por isso, principalmente aqueles em maior vulnerabilidade social, com baixo poder aquisitivo, pouca possibilidade de formação e vivendo situações de segregação.

É muito importante levar em consideração que uma das principais vulnerabilidades enfrentadas por essa população refere-se às violações de direitos. Por isso, para desenvolver ações, é necessário observar nossos próprios preconceitos, evitando a reprodução de estigmas. Pensar práticas de redução de danos para esse público é desenvolver um conjunto de ações que consiste em constituir vínculos, propiciar espaços de escuta e acolhimento, proporcionar espaços reflexivos sobre violações de direitos, distribuir insumos para uso de drogas em contextos específicos, construir estratégias que promovam visibilidade às violações de direitos no território em que acontecem, construir estratégias que revertam os papéis de violado para protagonista de ações positivas, além da disseminação de informações sobre saúde e autocuidado.

Quanto mais informações tivermos sobre o contexto que estamos lidando e a quais vulnerabilidades o grupo está exposto, teremos mais segurança para a escolha das estratégias que utiliza-

remos. As estratégias escolhidas devem servir para atender as necessidades do contexto e não das nossas expectativas, pois dessa maneira teremos mais chance de aproximação do nosso público e facilidade na constituição do vínculo, princípio fundamental para a prática de RD.

No contato diário com os jovens nos diversos contextos, vemos que as dificuldades da vida estão de alguma forma associadas ao uso de drogas, mas nunca numa relação de causa e efeito e raramente definindo-se claramente como dependência. As situações arriscadas em que as drogas estão presentes vão do uso abusivo aos riscos constantes de morte no envolvimento com o mercado clandestino de drogas.

Assim, torna-se necessário compreender o universo simbólico e os elementos que compõem a subjetividade dos sujeitos envolvidos. Entendemos a cultura em sua dimensão ampla, que envolve as formas de sentir, pensar e fazer que habitam e constituem, de forma heterogênea e singular, esses grupos e sujeitos.

O contexto da região central, nos diferentes espaços em que as ações deste projeto se deram, agrega pessoas de origens distintas, que trazem em suas memórias e corpos experiências e saberes que se misturam. Uma subjetividade complexa, que não se apoia necessariamente na marca de um grupo específico. Por um lado, essa característica dificulta processos de reconhecimento e valorização da cultura própria, movimento comum em comunidades periféricas, que, por mais que tenham precariedade de acesso a serviços e estruturas básicas, podem viver um sentido compartilhado de comunidade. Essa cultura do centro de uma das maiores cidades do mundo é múltipla e, por vezes, acaba vivendo processos de perda de sentido da existência comunitária. Por outro lado, essa multiplicidade promove experiências de misturas e inovações,

gerando encontros inéditos e singulares, escapando das generalizações de um determinado grupo social.

Nos diferentes espaços de atuação da organização, é comum observar que seres humanos acabem se transformando apenas em *usuários* de drogas ou *usuários* de serviços, *pessoas em situação de rua* ou *infratores*, existindo ainda adjetivos pejorativos para estas categorias, como *noias*, *zumbis* ou *mendigos*.

Esses sujeitos, para além de sua relação com as drogas, trazem saberes e marcas próprias, muitas vezes invisíveis aos *especialistas interventores*. A partir desse primeiro olhar crítico, são propostas ações estéticas no âmbito da cultura, com o intuito de promover espaços férteis para processos de reconhecimento e valorização da singularidade de cada um, fazendo com que essas marcas possam ser vividas enquanto diferenças que contribuem para a diversidade e os espaços comuns, contribuindo para a desconstrução de estigmas e criando novos lugares.

Nas próximas páginas, convidamos o leitor a entrar em contato com experiências, experimentações e reflexões colocadas em ação a partir do propósito do projeto *Cultura, juventudes e redução de danos*. Boa leitura!

## O trabalho de campo do Centro de Convivência É de Lei

Thiago Godoi Calil da Costa<sup>5</sup>

Roberta Marcondes Costa<sup>6</sup>

Para construir essa reflexão sobre o trabalho de campo, que nada mais é do que o acesso ao usuário no contexto de uso, é importante o questionamento sobre a necessidade de um trabalho de rua. Essa necessidade é de quem?



Imagem de uma parede da rua Helvétia, Keren Chernizon, 2012.

Antes de se constituir como centro de convivência, a equipe do É de Lei começou um trabalho extramuros, indo a festas e locais de uso de cocaína injetável para ter acesso aos usuários, realizar a distribuição e troca de seringas e incentivar o autocuidado.

Dada a dificuldade de criar vínculos duradouros ou acompanhar os usuários acessados em contexto de uso, observou-se a necessidade de criar uma via de mão dupla, isto é, procurar acessar as pessoas no contexto de uso, mas também criar a pos-

5 Redutor de danos e coordenador do Núcleo de Campo do Centro de Convivência É de Lei.

6 Redutora de danos do Centro de Convivência É de Lei.

sibilidade de os usuários acessados virem ao encontro da equipe no espaço de convivência.

Dessa forma, um questionamento deve ser apresentado: por que as pessoas não buscam cuidar de si mesmas? É possível pensar, portanto, que o surgimento do É de Lei, assim como a necessidade de um trabalho de rua, vem da análise de que algumas demandas que necessitam de cuidados não chegam aos serviços. Mesmo sabendo dessa falta de acesso aos serviços, qual seria o motivo de as pessoas não se cuidarem? Muitos são os motivos. Para além da falta de serviços, distância, fila etc., ainda há falta de informação sobre os vários recursos e serviços públicos que, apesar de estarem disponíveis, são muitas vezes desconhecidos pela população.

No caso do uso problemático de drogas, o senso comum, muitas vezes expressado pelas próprias pessoas que fazem uso de drogas, nem imagina que existem outras possibilidades de cuidado que não seja a internação, por exemplo. Outro elemento que dificulta essa busca de atendimento por parte dessa população é o próprio estigma de procurar cuidado associado ao uso de drogas – na nossa cultura existe uma valoração negativa da figura do doente, o que dificulta ainda mais o processo de reconhecer que precisa de apoio.

Por outro lado, há também uma parcela considerável dessa população que faz uso de drogas que já tentou buscar cuidado em alguma instituição pública e não foi bem recebida, não só pela precariedade dos serviços, mas por estarem sujos, sob efeito de alguma substância psicoativa e, em alguns casos, até mesmo por não possuírem documento de identificação.

Soma-se a esses elementos a falta de perspectiva na construção de um projeto de vida por parte desse grupo social específico que usa drogas e vive em condições de alta vulnerabilidade social. É muito comum ouvir dessas pessoas: “vou me cuidar para quê?” – o que mostra a angústia e a impotência pelas quais passam esses seres humanos, sentimentos que também acabam sendo reproduzidos nos trabalhadores que se colocam nesse campo de atuação.

É possível, portanto, pensar em diversos fatores de exclusão que estão agindo para tornar tão difícil esse acesso dos usuários em busca de apoio, e conseqüentemente, tão necessário o trabalho na rua. As políticas proibicionistas vigentes hoje são, por si só, um grande fator de exclusão: quando se proíbe o uso de drogas, tornando-o uma questão de polícia, isso dificulta que o usuário, em especial antes de um uso problemático, assuma, discuta e aprofunde seu conhecimento sobre o uso, com medo das conseqüências legais. O usuário, dessa forma, oculta o uso de determinada substância, mesmo em consultas de saúde, deixando de relatar pontos importantes para o profissional de saúde responsável.

Em tempos de proibicionismo, o encarceramento de pessoas em situação de rua é agravado, e ser preso não é uma exceção, a grande maioria dos usuários em situação de rua já foi presa, e isso aumenta ainda mais a exclusão e a impossibilidade de construção de um projeto de vida – é muito difícil, depois de ter conflitos com a lei, ser aceito no mercado formal de trabalho, por exemplo. Rompimentos de laços com a família e com as regiões de origem também dificultam a construção de um projeto de vida.

O estigma associado ao uso de drogas (“drogado”, “viciado”, “noia”), que é produzido pela mídia e reproduzido por muitos, inclusive pelos próprios usuários de drogas, tem importante impacto

negativo sobre os processos de vida – seja pela forma como a sociedade se relaciona com eles, uma mistura de medo, ódio e pena, mas também pela forma como eles enxergam a si mesmos.

Os efeitos locais da globalização também intensificam o processo de exclusão dessa população. A qualificação profissional exigida pelo mundo globalizado produz uma desqualificação crescente da força de trabalho das camadas mais baixas, formando uma população à margem que não consegue estar qualificada nem para ser exército de reserva do mercado. Hoje, estima-se mais de 17 mil pessoas em situação de rua em São Paulo. Essa população sobrevive, em grande parte, dos descartes e dos circuitos ilegais/informais urbanos. Nesses circuitos existe um embaralhamento do legal e do ilegal no cotidiano, como aponta a socióloga Vera Telles:

*Todas estas linhas se entrecruzam nas práticas sociais, no plano das famílias, da economia doméstica e das redes sociais, e aí o jogo social se faz em conexão com outros tantos circuitos que embaralham ainda mais as fronteiras do legal e do ilegal, do formal e do informal, do lícito e do ilícito. É nesse plano que o varejo da droga encontra seus pontos de ancoragem, enreda-se nas tramas urbanas em que o fluxo de dinheiro, mercadorias, produtos legais e ilícitos se superpõem e se entrelaçam nas práticas sociais e nos circuitos da sociabilidade popular (Telles, 2011, p. 163).*

Apesar de também atuar em outros espaços da região central da cidade, o trabalho de campo/rua do É de Lei, desde 2002,

se concentrou na região da Luz, onde o uso do *crack* parece ter se territorializado. Como na cracolândia o uso de *crack* ocorre 24 horas por dia, o espaço se constitui em um dos principais *territórios psicotrópicos*<sup>7</sup> da cidade.

Para manter o paradigma proibicionista, dado que não acaba com o uso de drogas, é necessário liberar (informalmente) esse uso em determinados lugares. Os territórios psicotrópicos são lugares onde se sabe que existe uma cultura de uso de determinada substância, gerando uma dinâmica local bastante própria que se traduz em negociações contínuas entre os atores envolvidos: pessoas que fazem uso de drogas, traficantes, comerciantes, policiais, moradores etc. Seja a maconha no MASP, a cocaína na rua Augusta ou o *crack* na cracolândia, esses espaços, em especial a cracolândia, configuram uma territorialização de uma funcionalidade (microeconomia), que junta atividades ilegais e a degradação urbana e social, evidenciando o fracasso da oferta de cuidado institucional. Esse território cria visibilidade para determinadas questões. As pessoas não conhecem, mas ouvem falar – isso, conduzido pela mídia, cria estereótipos e reforça o estigma. A ideia de “lugar perigoso” irradia a ideia de insegurança e legitima políticas repressivas como ideia de “isolar o mal”.

O território da cracolândia tem todo um histórico de pobreza e marginalização. A questão das drogas chega como mais um elemento. Nesse momento, no sentido de contextualizar o trabalho, vamos apresentar um pouco do histórico dessa região.

7 O psicólogo Luis Fernandes chama de “territórios psicotrópicos” esses locais em que ocorre a “territorialização funcional do espaço” em torno de diferentes dinâmicas de venda e consumo de substâncias psicoativas, que são objeto de sucessivas tentativas de controle por parte do poder público (Fernandes, 2004).

Em 1879 o bairro surge como área residencial para a elite cafeeira paulistana. Em 1929, com a crise do café, o crescimento urbano e a questão geográfica acentuam os contrastes, e isso gera uma consequente desvalorização e instalação de uma população de menor poder aquisitivo no território. Em 1953 o local é reconhecido como espaço para meretrício e tem a intervenção do governo de Lucas Nogueira Garcez dado sua “degradação moral”. Em 1961, inaugura-se a estação rodoviária:

A rodoviária garante um grande fluxo de pessoas, automóveis e ônibus. Nesse momento já ocorrem intervenções urbanas e o surgimento de uma economia informal, no momento em que já havia se dissolvido por completo a identidade residencial aristocrática do bairro.

Em 1982, a rodoviária é transferida para a Marginal Tietê, aprofundando a marginalização do local: há instalação de empresas de transporte clandestino (MA e Paraguai) e a estrutura ociosa de hotéis passa a ser usada por populações de baixa renda, aumentando a degradação urbana e social da área. Em 1990 o uso do *crack* no centro da cidade se territorializa na região. A prostituição, o transporte clandestino, e o uso de drogas ilícitas, passam a ser definidores do bairro, que é sustentado por uma economia do informal/ilegal.

A cracolândia, hoje, pode ser compreendida como um espaço de resistência, dada sua manutenção frente à quantidade de intervenções no espaço, que, no limite, tem a intenção (não concretizada) de acabar com sua atual função.

O termo que junta o nome de uma droga muito estigmatizada com o parque de diversões norte-americano é cada vez mais definidor da região: “cracolândia” tem sido mais usado como

nome do território do que “Bom Retiro” ou “Luz”. Há uma acentuada degradação moral e uma completa estigmatização do local e das pessoas que ali residem ou circulam, em especial a figura do *noia*. Diversas intervenções, seja do poder público, de instituições religiosas, ou organizações da sociedade civil, tornaram o território um “campo de forças” (Adorno, Raupp, 2011).



Bruno Fernandes, 2012.

A noção psiquiátrica de dependência é a base para políticas de repressão e confinamento. A lógica de dependência *versus* abstinência é produtora de um maior sentimento de fracasso, incapacidade e exclusão para aqueles que mantêm o uso da droga.

O *crack*, ao mesmo tempo, representa e dá sentido a uma situação de extrema exclusão e precariedade. As relações entre o histórico, a economia e as dinâmicas morais em torno da construção da noção de dependência interferem nas relações cotidianas,

podendo potencializar, refazer e inclusive reduzir as possibilidades de vida das pessoas que fazem uso de drogas (Garcia, 2010).

A noção de *dependência* é a de um processo inspirado por múltiplos fatores, “e deve ser vista como uma trajetória das experiências que atravessa o biológico e o social, o médico e o legal, o cultural e o político” (Raikhel and Garriott, 2013).

## As práticas

O primeiro passo para se iniciar um trabalho de rua, processo que chamamos de abrir um campo, é fazer um mapeamento, que tem como principal critério a localização e o reconhecimento da concentração de usuários de drogas (UD). Para descobrir essa concentração é possível obter informações através dos serviços, do contato com UD e ex-UDs conhecidos, pesquisar em boletins epidemiológicos municipais para identificar as taxas de prevalência de HIV e hepatites, ou mesmo pela mídia.

Para concretizar a abertura do campo, por sua vez, é necessário conquistar confiança da população de UD e da comunidade na qual ela se insere, conhecer códigos culturais e a linguagem utilizada pelos UD, estabelecer objetivos e limites claros do trabalho, assim como a incorporação, pelo redutor de danos, dos princípios e práticas que ele busca transmitir.

A relação com o outro, que é constitutiva do trabalho do redutor de danos, é muito delicada. É preciso nos colocarmos como um estrangeiro que se insere em uma cultura que tem diferentes costumes, valores, regras, linguagem e perspectivas.

Alguém que não devemos julgar, mas sim tratar com respeito – o que é muitas vezes difícil, dada a distância de valores entre os redutores de danos e os usuários de drogas atendidos, o que muitas vezes gera angústia e medo nos trabalhadores.

A redução de danos (RD) é constituída, entre outros elementos, por uma ética do cuidado que respeita e acolhe às diferenças e mostra disponibilidade. A RD funciona pensando os sujeitos como singulares, não existindo, desse modo, fórmulas ou uma lógica prescritiva, mas um processo de construção conjunta do cuidado. A mesma prática que pode ser vivenciada como cuidado por um indivíduo pode significar ampliação de danos para outro, por isso é necessário um processo conjunto, singular, à medida que se criam vínculos e há uma compreensão do contexto e da vida do interlocutor.

O respeito às diferenças e a proposta de construção conjunta do cuidado são capazes de produzir um novo saber a partir de oportunidades de reflexões críticas e a interação dialógica entre os sujeitos sociais (Meyer, 2006). Segundo Meyer,

*a intencionalidade de construir estratégias educativas que permitam investir em possibilidades de transformação das condições de vida nas quais crenças, hábitos e comportamentos ganham sentido demanda apreender, compreender e dialogar com a multiplicidade de aspectos que modulam as crenças, os hábitos e os comportamentos dos indivíduos e grupos com os quais interagimos (Meyer et al, 2006, p. 1.340).*

Assim, como a chegada até a cracolândia pode ser trilhada por caminhos diferentes e únicos, a saída também pode ser construída de forma singular por cada sujeito.

Outra questão muitas vezes angustiante é que existem diferentes tempos entre o usuário de drogas atendido, o redutor de danos (ou agente de saúde) e a sociedade/comunidade. Se o trabalho da RD se constitui, principalmente, a partir da demanda do outro, é preciso respeitar este tempo, é preciso criar vínculo/confiança, aprender códigos, ter escuta e paciência. Muitas vezes o tempo do usuário de drogas atendido é diferente do tempo da comunidade que o quer fora dali, ou mesmo diferente do tempo do redutor de danos que, regido por seus valores, gostaria muito que o UD tivesse suas vulnerabilidades diminuídas de forma mais rápida do que geralmente acontece. É necessário “estar junto”, ser reconhecido como possibilidade de cuidado/ajuda, a partir da demanda do outro.

As práticas dos agentes da assistência social e saúde são reconhecidas como possibilidade de cuidado, mas o trabalho do redutor de danos é frequentemente reconhecido como mais próximo da perspectiva dos próprios UD.

Andrezinho<sup>8</sup>, um usuário residente da cracolândia, definiu o trabalho do É de Leide uma forma que deixou a equipe muito orgulhosa. Andrezinho, certa vez, ajudava os trabalhadores do projeto a distribuir piteiras e manteiga de cacau, quando um amigo dele perguntou quem éramos, se éramos a equipe do curativo ou do albergue, e Andrezinho rapidamente respondeu: “Os do albergue são aqueles de colete verde, os do curativo são do colete azul, esse é o pessoal que tenta pensar que nem usuário, o que a gente pensaria.”

Muitas vezes o trabalho do redutor de danos, reconhecendo uma demanda da pessoa atendida, é acompanhá-la, inicialmente sustentando seu próprio movimento de cuidado. Essa relação, porém, visa a autonomia, a possibilidade que o UD atendido faça seu movimento de cuidado sem precisar do acompanhamento do redutor. Esse processo de construção de autonomia, por diversas vezes, é dificultado por alguns serviços, que, quando o UD chega sozinho, deixam de atendê-lo ou o fazem de forma insuficiente e desrespeitosa.

O redutor de danos passa a ter um trabalho complexo que não é só o de possibilitar um exercício de autonomia e desabrochar a potência do UD atendido, o que muitas vezes passa por instrumentalizá-lo de seus direitos, mas também articular a rede, trocar com os trabalhadores dos diferentes serviços para mudar a cultura do local, e assim possibilitar que as pessoas sejam bem recebidas, mesmo que não estejam acompanhadas.

Para ser bem sucedida, a RD precisa, portanto, transformar toda uma cultura, não apenas dos UD's, mas também dos serviços e trabalhadores, e da sociedade que, se fosse menos estigmatizante e preconceituosa, produziria menos sofrimento. Esse tempo necessário para a RD criar um vínculo e mudar a cultura dos UD's, dos serviços, da sociedade etc. muitas vezes não responde ao tempo da política e dos processos eleitorais, por exemplo.

A RD se firmou no Brasil no combate a “epidemia de aids”, dada a eficiência para reduzir a transmissão da doença, através da capacidade dos redutores de danos – naquela época, um grupo de trabalhadores especialmente formado por usuários de drogas injetáveis (UDI) ou ex-UDIs – de transformar a cultura do uso da droga: era comum compartilhar a seringa (como se compartilha cigarros de maconha), mas com a intervenção da RD, que trouxe informação sobre um uso mais seguro e a possibilidade da troca e

<sup>8</sup> Os nomes usados são todos fictícios para preservar os UD.

distribuição de seringas, os UDIs passaram a incorporar as novas estratégias de prevenção e evitar o compartilhamento.

Ao final da década de 1990, porém, o *crack* apresenta-se com intensidade. Em 2002, o grupo de trabalhadores que atuava no campo do É de Lei passa de uma formação e prática voltada para UDIs, para pensar as questões trazidas pela chegada do *crack*. A prática se constituiu, naquele momento, principalmente, de conversas individuais em campo, com troca de conhecimentos, para fazer o processo de apropriação dos códigos e valores dessa cultura de uso, e construir vínculos. Em 2003 o É de Lei foi convidado pelo Ministério da Saúde para fazer um projeto-piloto que tinha como proposta a entrega de cachimbos como insumo de RD para prevenir a transmissão de doenças (muito incentivada pela lógica da troca de seringas). A proposta era distribuir um cachimbo de madeira (foto abaixo) e avaliar a aceitação entre os usuários.



Arquivo É de Lei, 2003.

Os cachimbos foram distribuídos por meio de um processo de conversa sobre o uso. Esse processo foi muito interessante para o É de Lei se apropriar da cultura de uso do *crack*. No processo, os usuários de *crack* disseram que o modelo do cachimbo de madeira era ineficiente por diversos motivos: tinha o bocal muito largo, demandando muita cinza e pedra para usá-lo (o consumo de *crack* se faz pela queima da pedra junto com cinzas de cigarro); por

ser de madeira, impossibilitava a raspagem da “borra” (resíduo que se deposita dentro do cachimbo após alguns episódios de uso); a fabricação com madeira também impossibilita a prática de “tochar” (aquecer com fogo o cano do cachimbo para liberar o resto de substância que ficou no cano), pois o cachimbo de madeira pegaria fogo. Apesar de serem práticas que apresentam maiores riscos (o consumo da borra é o mais tóxico), são elementos importantes sobre a cultura do uso de *crack* em São Paulo que devem ser considerados ao se pensar estratégias de cuidado para esta população.

O É de Lei, então, a partir da aproximação e troca com os maiores especialistas sobre o uso de *crack*, os próprios usuários, desenvolveu novos insumos, conhecendo a tecnologia de cachimbo mais usada (foto abaixo).



Keren Chernizon, 2011.

Novas estratégias eram necessárias. E, dessa forma, uma nova proposta foi produzida (usada até hoje): uma piteira de silicone (foto abaixo) de dois calibres diferentes, possibilitando o encaixe

no cano de diferentes cachimbos, estimulando o uso individual da piteira e cumprindo a função de não compartilhamento/transmissão de doenças. A piteira também evita que se queime a boca com a prática de “tochar”, o que é muito comum quando em contato com o cano após esquentá-lo.

A proposta da piteira também dialoga com a “clínica do possível”, como muitas vezes é chamada a RD, dado que é muito mais possível para uma ONG com dificuldades de financiamento distribuir piteiras que são feitas manualmente pelos redutores de danos (cortando e fervendo longos metros de canos de silicone que não são muito dispendiosos) do que distribuir um cachimbo pronto.



Piteira de silicone e protetor labial. Arquivo É de Lei. 2014.

Outro insumo usado pelos redutores de danos do É de Lei é o protetor labial com calêndula e própolis (foto abaixo), que evita o ressecamento dos lábios e ajuda na cicatrização de ferimentos na boca, comuns no uso de *crack*, evitando assim a porta de entrada para a transmissão de doenças.

Em um primeiro momento eram distribuídos protetores labiais tamanho pequeno para os homens e tamanho grande para as mulheres. O protetor maior para as mulheres foi pensado como um símbolo para estímulo ao embelezamento, como forma de cuidado feminino. Com o tempo, porém, percebeu-se que os protetores labiais maiores ficavam sujos e anti-higiênicos, e os protetores menores tinham pouco tempo de duração, pois sumiam ou eram perdidos pelos usuários, pela dificuldade de manter ou guardar pertences naquelas condições. Atualmente, após as devidas constatações, o protetor labial pequeno passou a ser distribuído para homens e mulheres.

Não é só pelo pragmatismo da não transmissão de doenças que faz sentido a distribuição desses insumos. O fato de se chegar ao usuário de outra forma, diferente do convencional, é interessante para o trabalho do redutor. Ao chegar um redutor de danos com uma piteira, fica claro que ele não está falando “pare de usar”, “se interne”, “converta-se para a minha religião” ou que esteja fazendo algum julgamento de valor sobre o momento e situação que a pessoa se encontra.

Essa entrada diferenciada abre portas, cria diálogos, possibilita uma aproximação e conversas sobre alternativas de uso, e sobre a noção de autocuidado de uma forma mais respeitosa, e possivelmente mais eficiente. A lógica da abstinência como resposta única para usos problemáticos de drogas, lógica dominante ainda hoje, além de muito frustrante, pois de fato é muito difícil se manter abstinente, cria a noção, absolutamente prejudicial, de que só é possível começar a se cuidar quando estiver “limpo”. Esse pensamento é reproduzido pelos usuários, mas também pelos serviços especializados na atenção a usuários problemáticos de drogas, que em alguns momentos podem chegar a evitar o diálogo com pessoas

que estejam sob efeito de substâncias psicoativas, ou mesmo proibir sua entrada no serviço.

É no mínimo contraditório que só se possa começar a pensar em se cuidar e aderir o tratamento quando estiver abstinente. Mesmo em situações em que os efeitos da substância prejudiquem significativamente o diálogo, algum tipo de cuidado pode ser pensado nesta relação, desde um simples acolhimento e hidratação até possíveis encaminhamentos às unidades de urgência. A distribuição de insumos, portanto, é muito potente no sentido de incentivar uma reflexão sobre o autocuidado, inclusive durante o uso. A abstinência não é algo desejável em todos os casos, mas mesmo quando a desejarem talvez seja mais fácil alcançá-la começando a se cuidar durante o uso.

Esse processo de troca com UDs e moradores da acolândia sobre a cultura do uso de drogas e a possibilidade de autocuidado enriqueceu a formulação de novas tecnologias de uso e autocuidado. Possibilitou que estivéssemos atentos para novas estratégias de RD desenvolvidas pelos usuários, e que eles passassem a nos procurar para dividir tecnologias de cuidado desenvolvidas por eles.

Uma tecnologia notada pela equipe, bastante reproduzida entre os usuários, é denominada “porta-cinzas”, uma caixinha de balas, geralmente “tic-tac”, onde as cinzas de cigarro são estocadas para que estejam prontas no momento em que o usuário for fazer uso do *crack*. Com o estoque de cinzas, o desespero de encontrar um cigarro para realizar uso de outra substância que não a nicotina, seria suprimido. Ressalta-se, inclusive, que muitos usuários não fumam tabaco, mas acabam fumando em função da produção de cinzas para o consumo do crack, o que o “porta-cinzas” evita.

Em uma das experiências de campo, notou-se nomes diferenciados para os cachimbos, como é o caso do “Ele&Ela”, um cachimbo com um só bocal (casinha para colocar a pedra de *crack*) e dois canudos para que um determinado usuário fume com sua companheira, não compartilhando o mesmo canudo, mas compartilhando as mesmas pedras de *crack*. Outra tecnologia desenvolvida com a finalidade de cuidar-se durante o uso de *crack* é o “busca longe”: cachimbo com um cano mais longo que o comum para dar tempo da fumaça esfriar antes de chegar na boca. Uma prática que foi acontecendo em grande parte dos cachimbos foi o estreitar da casinha (bocal do cachimbo), que assim passa a precisar de menos cinza e menos pedra para queimar. Uma das pessoas que atendemos, que usa *crack* e não fuma tabaco, teve a ideia de fazer cinzas a partir de outras plantas, como camomila ou calêndula, e as chamou de cinzas medicinais (não o encontramos novamente para saber se a ideia foi concretizada). Não sabemos também se as “cinzas medicinais” seriam ou não menos danosas, mas possivelmente sua reflexão sobre alternativas de um uso mais seguro o aproximou do cuidado de si.

Uma técnica desenvolvida a partir do encontro que proporcionamos dos usuários de *crack* que atendemos com os cachimbos distribuídos pelo EGO<sup>9</sup> na França foi fazer cachimbos com vidros e lâmpadas, pois, além de ajudar a resfriar a fumaça, é possível aproveitar a borra que sobra sem a necessidade de raspar e “tochar”, podendo ter acesso ao resíduo limpando com álcool e deixando evaporar.

O processo de desenvolvimento de tecnologias e distribuição de insumos tem o efeito de produzir reflexão e prática de au-

9 O EGO – *Espoir Goutte d’Or*, é um serviço de redução de danos para usuários de drogas, localizado em Paris, França.

tocuidado, mesmo em momento de uso de drogas. Isso pode ter grande eficácia, em especial dentro da relação horizontal de escuta e produção de novos saberes, e essa prática, no sentido de transformar uma cultura em torno do uso de drogas, vem a ser realmente eficaz quando a pessoa atendida realmente se convence de determinada prática de autocuidado e a reproduz entre seus pares, multiplicando esse conhecimento. Hoje poucas pessoas fumam “na lata” (foto abaixo) na região da cracolândia. A pessoa que utiliza essa técnica é, inclusive, mal vista, pois ao fumar na lata, fuma-se junto a tinta, que é tóxica.



Arquivo É de Lei.

A potência da RD, a nosso ver, tem relação com sua capacidade de adaptar sua prática para cada momento, para cada indivíduo e para cada contexto. Os indivíduos se transformam o tempo todo, é possível que uma proposta muito bem sucedida no sentido do autocuidado em um determinado momento da vida do indivíduo,

seja em outro momento uma ampliação de dano. O mesmo ocorre com o contexto, que se transforma, especialmente em um território como a cracolândia, que está continuamente sendo objeto de intervenção.

A RD é tão complexa e rica exatamente por essa dificuldade: não existem ações de RD em si, mas dependendo de como elas forem feitas, do contexto, do sujeito, da sua finalidade, elas podem ser consideradas RDs ou não. Se não tem receita para o desconhecido, o chamado “jogo de cintura” é necessário para formular boas saídas nas diferentes situações, sendo que o próprio processo de trabalho traz muitos aprendizados de como agir de acordo com o momento.

Um debate interessante é a questão da segurança no campo. No território da cracolândia a polícia não é aquela que traz a segurança, geralmente é o contrário, ela é quem traz o tumulto no fluxo e risco para o redutor (no começo da prática da RD no Brasil era comum os redutores acessarem as ruas com *habeas corpus* preventivo para o caso de serem presos distribuindo seringas). Os principais proporcionadores de segurança para os redutores são, sem dúvida, os próprios usuários de drogas que, ao criarem vínculos e se identificarem nesse processo de troca, também cuidam do redutor, avisando quando o clima intensifica-se, instruindo sobre as regras do local e a melhor forma de proceder em cada situação.

Na rua temos contato com perfis bastante variados de pessoas. Entre eles, encontram-se os adolescentes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o álcool é a substância psicoativa mais consumida por crianças e adolescentes, e o início do uso de cigarro e outras drogas também ocorre predominantemente nessa fase.

Esta população, mesmo que em menor escala, também frequenta o “fluxo” na Cracolândia e faz uso de *crack*. Apesar de a pesquisa sobre o perfil dos usuários de *crack* no Brasil não ter focado na população abaixo de 18 anos, o relatório final aponta que muitas das cenas de uso observadas identificam a presença desta população, porém em nenhuma das cenas de uso as crianças e adolescentes constituem a maioria da população local (FIOCRUZ, 2013).

A adolescência é um momento da vida bastante delicado, apresentando riscos específicos em relação ao uso de drogas, riscos que tomam forma a partir de diferentes sentidos atribuídos ao próprio ato de usar drogas. Além das mudanças corporais, emocionais e a curiosidade de experimentação, existem fatores sociais que influenciam nesta negociação entre a juventude e o uso de drogas, principalmente em meninos e meninas que estão em situação de rua. São inúmeros os fatores de risco neste contexto, incluindo aspectos ambientais (como a disponibilidade das drogas), individuais (características da personalidade) e sociais (contexto de rupturas e perdas). A falta de amparo e a necessidade de ter que se afirmar socialmente na conquista de necessidades básicas, por exemplo, pode colocar o uso de substâncias como um meio de pertencimento em determinado grupo, assim como aliviar possíveis angústias relacionadas ao movimento de estar na rua.

A relação entre uso de drogas e sexualidade também merece atenção nesta fase da vida. É na adolescência que começamos a sentir o desejo sexual e o uso de drogas pode deixar os jovens mais vulneráveis às práticas sexuais de risco.

O risco de um uso problemático de drogas nesta fase envolve um balanço entre os fatores de risco e de proteção, já que pesquisas

apontam que o quanto antes ocorrer o início do uso de drogas, maiores as chances de desenvolvimento de um uso problemático.

Sendo assim, nossa atuação em campo a partir do contato, criação de vínculo e distribuição de insumos de prevenção, visa criar possibilidades e reflexões que possam atuar como fatores de proteção nesta negociação entre drogas, rua e juventude.

## Referências Bibliográficas

CABANESI, R., GEORGES, I., RIZEK, C., TELLES, V. *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_; TELLES, V. *Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade*. p. 155-169.

FERNANDES, J. L.; PINTO, M. *El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotropicos y politicas de la ciudad*. 2004.

FIOCRUZ. *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack – Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Francisco Inacio Bastos e Neilane Bertoni (orgs.), 2013.

GARCIA, A. *Pastoral Clinic: Addiction and Dispossession Along the Rio Grande*. Berkeley: University of California Press, 2010.

MEYER, D.E.E et al. *Você aprende. a gente ensina? Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(6): 1335-1342, jun., 2006.

RAIKHEL, E.; GARRIOTT, W. *Addiction Trajectories*. Duke University press, 2013.

RAUPP, L. M.; ADORNO, R. C. F. *Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo*. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, 2011.

Registro da intervenção fotográfica urbana *É de dentro e de fora*, > participante do projeto *Inside out*, do fotógrafo JR.



# A prática em redução de danos no espaço de convivência

*Bruno Logan Azevedo*<sup>10</sup>

*Camila Sthefanie de Matos Gomes*<sup>11</sup>

*Juliana Marin*<sup>12</sup>

*Marcelo Ryngelblum*<sup>13</sup>

*Thiago Godoi Calil da Costa*<sup>14</sup>

*Willy da Silva Araújo*<sup>15</sup>

*Isabela Umbuzeiro Valent*<sup>16</sup>

*Pedro Brandão*<sup>17</sup>

Este texto reflete sobre a prática na perspectiva da redução de riscos e danos em um espaço de convivência para pessoas com alguma vulnerabilidade social, em situação de rua e/ou usuários de drogas.

O texto desenvolve-se a partir da atuação de redutores de danos do Centro de Convivência É de Lei<sup>18</sup>, que se localiza no bairro República, região central da cidade de São Paulo. Segundo dados de uma pesquisa realizada em 2011 pela FESPSP<sup>19</sup> (Faculdade Es-

cola de Sociologia e Política), a cidade de São Paulo apresentava um total de 14.478 (quatorze mil quatrocentos e setenta e oito) indivíduos em situação de rua. Atualmente estima-se que esse número tenha aumentado para a casa dos 17 mil. Segundo o estudo de 2011, os distritos com maior densidade da população em situação de rua eram Santa Cecília (1.167), Sé (1.171) e República (719).

O Centro de Convivência É de Lei foi o primeiro espaço de convivência destinado para pessoas que fazem uso de drogas no Brasil. Atualmente conta com uma equipe de seis pessoas que atuam como redutores de danos na sede, composta por três psicólogos, um educador social, uma graduanda em enfermagem e uma assistente social. A equipe não está inteiramente reunida todos os dias. A presença de três ou quatro redutores por dia é mantida no espaço. São realizadas reuniões semanais e um encontro mensal para refletir e atualizar a própria prática.

Desenvolvendo um trabalho conjunto com os redutores, outros profissionais trabalham no Centro de Convivência realizando atividades culturais<sup>20</sup>, já que desde 2010, a organização tornou-se um Ponto de Cultura. A equipe de cultura é composta por uma terapeuta ocupacional mestre em Estética e História da Arte, um jornalista mestre em Ciência Política e um educador social graduando em Ciências Sociais. São realizadas reuniões semanais com a participação de todos os redutores e coordenação com duração média de 2 horas. Mensalmente a reunião é integrada com a equipe do núcleo de cultura. Utilizamos esses espaços para discutir estratégias de ações, pensar cuidados, e para reflexão sobre a prática.

10 Psicólogo e redutor de danos do Centro de Convivência É de Lei.

11 Graduanda de enfermagem e redutora de danos do É de Lei.

12 Assistente social e redutora de danos do É de Lei.

13 Psicólogo e redutor de danos do É de Lei.

14 Coordenador Núcleo de Campo e redutor de danos do É de Lei.

15 Educador social e redutor de danos do É de Lei.

16 Terapeuta ocupacional, coord. do Núcleo de Cultura do É de Lei.

17 Graduando c. sociais, redutor de danos e oficinairo do É de Lei.

18 Instituição que atua na perspectiva da redução de riscos e danos sociais e a saúde relacionados ao uso de drogas: [www.edelei.org](http://www.edelei.org)

19 FESPSP (*Fundação Escola de Sociologia e Política*), SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) e PMSM (Prefeitura do Município de São Paulo): *Censo e caracterização socioeconômica da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo (2011)*.

20 As atividades consistem em oficinas de formação e criação estéticas envolvendo audiovisual, cinema, fotografia, arte contemporânea, desenho, poesia, música, fanzine, cultura digital, entre outros, que serão descritas de forma mais profunda no próximo artigo.

A sala de convivência mede aproximadamente dez metros quadrados e conta com um banheiro. Há uma sala específica para o desenvolvimento de atividades em grupo e atendimentos individuais. O espaço é pequeno e permite o atendimento de aproximadamente doze pessoas simultaneamente. Circulam pelo Centro de Convivência cerca de vinte pessoas por dia.

O espaço atua como um ponto de referência e acolhimento aberto à participação de qualquer pessoa, mas conta com forte presença de pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social intensa, já que o contexto do centro de São Paulo evidencia um embaralhamento entre as vulnerabilidades sociais e as relacionadas ao uso de drogas. Assim, a escuta e o diálogo oferecidos possibilitam um espaço de respiro que se torna terreno fértil para reflexões acerca de questões sociais relacionadas ao uso de drogas, como também outras questões sociais que constituem o universo desses sujeitos.

## O trabalho

Desde 1998 o Centro de Convivência É de Lei funciona como um lugar aberto ao público que possibilita o diálogo em relação às drogas extravasando os contornos da moral e sem julgar o momento de vida e as escolhas das pessoas.

Além de algumas atividades estruturadas que irão ser descritas a seguir, a proposta básica é conviver, isto é, a convivência como uma forma de aproximação e criação de vínculos com o objetivo de pensar em conjunto e contribuir para a autonomia dos sujeitos. É a partir da convivência que tudo acontece. O contato entre diferentes pessoas com diversas trajetórias de vida e o vínculo estabelecido com a equipe propicia um processo de construção do “cuidado de si”

A espontaneidade do contato informal – conversas, jogos, passeios e acompanhamentos a serviços sociais e de saúde entre outros – promove uma relação de confiança onde as singularidades e dificuldades individuais afloram no espaço comum, em contraposição a outras propostas mais institucionalizadas e rígidas.

Apesar da informalidade nas relações e na organização do espaço físico, contratos e acordos de convivência são essenciais. Para legitimar as relações de respeito dentro do grupo são realizadas assembleias gerais com todos que frequentam o espaço: equipe e conviventes. É uma ação importante que requer um alinhamento entre a equipe sobre acordos na lida com os conviventes. O desafio é entender a equação entre a informalidade e as regras de convivência para que ela seja um espaço acolhedor e, também, organizador das relações e do tempo, respeitando a vida e o momento de cada um.

Segundo um redutor de danos da equipe, um “lugar onde algo aconteça”, que permita a emergência de algo, onde se possibilite que a vida não seja sufocada pelo tédio e pela exclusão dos sujeitos como forma de lidar com os conflitos, fato particularmente importante na compreensão das situações de crise e seus múltiplos dizeres tão comuns em serviços que lidam com a população de rua e pessoas que fazem uso de drogas.

Para criar esse ambiente, é necessário trabalhar em duas direções na relação com os conviventes: um alto grau de tolerância e um baixo grau de exigência – algo bastante complexo de se realizar. Para tanto, é necessário dedicar tempo para discutir sobre a prática, recortando acontecimentos do cotidiano de trabalho e inaugurando uma dimensão reflexiva que engaje a todos na ampliação dos processos de cuidado e de autonomia.

Já que o público que frequenta o Centro de Convivência é composto por pessoas com questões diversas e heterogêneas não se reconhecendo como um grupo específico, um dos desafios enfrentados é o fortalecimento do coletivo. Além das assembleias foi proposto que os conviventes elegessem representantes que atuassem como porta-vozes de demandas, sugestões e críticas, participando de alguns dos espaços decisórios do É de Lei. Essa proposição ainda não foi apropriada pelos conviventes e para tanto planeja-se oferecer mais espaços de formação política e cidadania de forma que possam se organizar coletivamente com mais autonomia.

Tendo em vista o ritmo e as dificuldades proporcionadas pelo modo de vida das pessoas em situação de rua, a convivência, por si só, configura-se como um espaço de redução de danos já que oferece um ambiente onde se pode descansar com segurança. Desta forma, possibilita pausas em que se pode refletir sobre o momento em que se está vivendo, fortalecer habilidades e resgatar autonomias.

Além disso, esse espaço oferece a possibilidade dos conviventes refletirem sobre seus modos de vida, avaliando a saúde de seus hábitos e os possíveis riscos e danos relacionados à forma como usam substâncias psicoativas, bem como suas demandas sociais.

O foco é a atenção na qualidade de vida, levando sempre em consideração o quanto essa proposta faz sentido para o sujeito. É válido ressaltar que o convivente é sempre estimulado a pensar sobre seu próprio cuidado, compreendendo que ele é protagonista de sua vida, evitando assim a imposição de processos de cuidado assistencialistas que impeçam os sujeitos de andar com suas próprias pernas.

Para acolher as diferenças, a equipe e as atividades propostas constituem-se a partir da heterogeneidade. O vínculo normalmente se fortalece com uma pessoa da equipe, que se torna uma referência para o convivente. É este canal que possibilita o contato e a construção da noção de autocuidado. A troca de olhares entre os outros membros da equipe enriquece a compreensão dos processos e das possibilidades de ação junto aos conviventes.

Ressalta-se que a premissa básica da redução de danos é trabalhar a partir da escuta do outro, e, dessa forma não se tem uma receita ou protocolo de atendimento e ações. A oferta de cuidado não pode ser imposta para o outro. É necessário construir conjuntamente respeitando o momento, o tempo e o limite do outro para que determinada estratégia ganhe sentido e seja incorporada em seu cotidiano. Sendo assim, cada pessoa vive um processo e um caminho diferente.

Em uma prática que busca acolher a singularidade dos sujeitos, como lidar com as situações de crise? Crises que surgem de dificuldades vivenciadas na rua, nos equipamentos públicos, nas relações sociais e também com eles próprios.

Demandas sociais, familiares, de saúde e afetivas que envolvem também as relações entre drogas, corpo e cuidado fazem parte da prática do acolhimento. O que fazer? Quais tipos de crise são essas? É importante considerar as diversas formas de expressão possíveis, algumas violentas, outras que mobilizam o grupo e também as silenciosas que escancaram a fragilidade e o sofrimento de alguém. São experiências que beiram o insuportável, que rompem violentamente os sentidos existentes e que nos seus múltiplos dizeres e gestos – violentos, silenciosos, criativos – instauram ligações até então inexistentes. O que fazer então? Estar junto e atravessar aquilo que a crise mobiliza. Colocar-se como uma possibilidade de

ajuda legitimando este sofrimento, compreendendo a dinâmica da crise como uma tentativa de ressignificação de si e do mundo. O redutor tem uma atitude ativa e interessada, oferecendo escuta às demandas do sujeito, atuando como uma espécie de artesão que liga fragmentos, une partes, serve de ponte com a realidade, ativa a rede, tece vínculos e na sua relação possibilita a crise a mudar de formas, tamanhos, cores e texturas.

A identificação das necessidades nos permite a construção conjunta do cuidado e, para que isso aconteça de maneira ampliada, também contamos com uma rede de referência para demandas específicas, constituída por pessoas e serviços sociais e de saúde de instituições públicas ou organizações do terceiro setor .

Muitas vezes, em situações cotidianas onde o sujeito enfrenta dificuldade para realizá-las sozinho, é necessário que o redutor de danos faça acompanhamentos terapêuticos para a concretização dessa ação. Este acompanhamento auxilia a dupla a enfrentar dificuldades em parceria, além de fortalecer o vínculo estabelecido. Um dos grandes desafios que a equipe encontra nesse processo é o de encontrar uma justa distância que permita com que o sujeito seja acolhido nas suas dificuldades, mas que também propicie e fortaleça sua autonomia.

Além disso, em um contexto que promove violações de direitos básicos – saúde, justiça, segurança, educação, moradia, cultura e trabalho – muitas vezes nos deparamos com a urgência de situações às quais não temos controle, gerando angústia na equipe e a tendência a oferecer respostas às demandas que extrapolam nossa possibilidade enquanto dispositivo ao invés de focar em ações para a emancipação.

## **Cultura e redução de danos no Centro de Convivência É de Lei**

*Bruno Rico*

*Isabela Umbuzeiro Valent*

*Pedro Brandão*

*Willy da Silva Araújo*

### **Introdução**

#### **Sobre cinema e redução de danos**

*Bruno Rico<sup>21</sup>*

Qual pode e deve ser o papel da cultura na redução de danos? Ora, a cultura socializa as pessoas, as estimula a se expressarem socialmente, a se colocarem no mundo de forma ativa e criativa. Mas concretamente a tensão não cessa. Será mesmo que “ampliar o repertório cultural” de pessoas em extrema vulnerabilidade, que nem alimentação e saúde têm direito, contribui de fato na vida dessas pessoas? E se contribui, contribui em quê? Qual é a utilidade que um filme de Orson Welles, de Sérgio Leone ou de Glauber Rocha pode ter na vida de um morador de rua? Ele vai conversar com alguém sobre o filme? Vai comentar nas redes? Afinal, o que estamos fazendo aqui mesmo?

---

<sup>21</sup>Coordena as oficinas de cinema, que acontecem semanalmente, às quintas-feiras à tarde, no Centro de Convivência.

Para agravar este problema levantado, a organização rejeita qualquer filme com conteúdo social a priori. Não são produzidos filmes exclusivamente para denunciar questões sociais da população em situação de rua. Filmes são feitos pelos mesmos motivos pelos quais faz-se poesia: nenhum em específico. Filmes são produzidos por serem uma janela para o mundo. E, constantemente, deve-se abrir essa janela. Essa janela tem suas particularidades, carrega contradições e muita violência e esses aspectos aparecem nos filmes. Filmes são produzidos por diversão, sendo possível imaginar que alguns dos conviventes os façam simplesmente para entreter-se.

Em 2014, a *Oficina de Cinema* começou com uma determinação: buscar maior produtividade. O ano de 2013 havia sido de transição. Um novo projeto havia sido implementado, com um novo formato, onde os próprios conviventes trariam ideias de projetos para filmar, como em uma oficina de projetos, mas que não funcionou muito bem. As oficinas passaram a se parecer com longas reuniões de centro acadêmico de esquerda: não acabavam nunca, eram debates longos, sem grande produção. A energia ficara acumulada. Nos anos anteriores a produção tinha sido maior... O ano de 2013 encerrou-se com o filme *O Dorminhoco*<sup>22</sup>, que caiu bem e selou dois meses de estudos sobre as origens do cinema.

No início de 2014, ficou estabelecido que seria proveitoso iniciar a produção e filmagens de um curta-metragem. A oportunidade desenvolveu-se a partir do convite do CAPS Jabaquara para que fosse filmado o bloco de carnaval deles: *Loucos por carnaval*<sup>23</sup>. A integração foi proveitosa, pessoas se conheceram, mas o produto final do filme não surpreendeu. Permaneceu ape-

nas o registro carinhoso da experiência, não exatamente uma experiência estética.

Era necessário mais experimentação. Um convivente em especial tinha muitas ideias. Uma dessas ideias transformou-se em um filme: a proposta era filmar mãos em close, filosofar sobre elas, tomar o todo pela parte, os homens pelas mãos. O foco nessa perspectiva abriu um pouco a visão dos conviventes para o cinema como um produto feito de imagens, não apenas de histórias. O filme foi produzido, foi aceito e integrou.

Entretanto, a tensão entre a função da coisa cinema com os problemas do mundo permanecia. Como uma luva, surgiu a ideia de serem feitos filmes temáticos, abordando assuntos sociais vividos pelos participantes.

O primeiro filme desta série temática com assuntos sociais foi *O que é morar na rua?*<sup>24</sup>, entrevistando, com esta única pergunta, vários conviventes. O resultado foi esteticamente simples, mas bastante forte e impactante, com cerca de 800 visualizações no youtube em duas semanas. Na semana seguinte, sem perder o ritmo, a equipe produziu um novo filme: *O que é liberdade?*<sup>25</sup> A mesma adesão foi observada, assim como boas reflexões –, levando-se em conta que muitos dos conviventes são ex-detentos.

Eis então que voltamos ao marco zero. Eu particularmente venho pensando em deixar as oficinas (mais pelo tempo em que estou e por considerar que alguém novo pode fazer surgir uma nova curiosidade no Ponto de Cultura), e nesta perspectiva pensei: preciso fazer os grandes projetos que já sonhamos: *A Mala de dois*

22 [https://www.youtube.com/watch?v=Nkc\\_gA1pXP8](https://www.youtube.com/watch?v=Nkc_gA1pXP8)

23 <https://www.youtube.com/watch?v=BGF-e3fF6uM>

24 <https://www.youtube.com/watch?v=vep-vbyWomo>.

25 <https://www.youtube.com/watch?v=t-s-eTO2BX0>.

*milhões de dólares* e *o Mendigo no Shopping* (hoje intitulado *Preto no Branco*). *A Mala de dois milhões de dólares* é a sequência da *A mala de um milhão de dólares*<sup>26</sup>, um filme de ação realizado em 2011, sem orçamento, com algumas questões sociais tangenciando (quase ironicamente) a correria dos filmes de ação – um tanto de Tarantino, outro de Leone, outro de cinema marginal.

De qualquer forma, dando certo ou não, com qualquer tipo de filme produzido, a tensão permanece: qual é o papel da cultura na redução de danos? Como as práticas artísticas compõem o conjunto de estratégias para a promoção da redução de riscos e danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas?



Cenas do curta-metragem *A mala de um milhão de dólares*. Ponto de Cultura É de Lei, 2011.

<sup>26</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=xfpK8JQwhLQ>.

## Do que fazemos na convivência...

Isabela Umbuzeiro Valent<sup>27</sup>

Para além de ações específicas, a perspectiva ética da redução de danos aposta no cuidado sem tutela, compondo-se por ações transversais. Um olhar para a questão das drogas que aceita seu uso como uma escolha possível. A partir do entendimento desse uso como uma escolha é necessário que se assumam a responsabilidade por ele. Responsabilidade que afeta aquele que usa drogas e seu entorno.

Espaços de convívio onde são estabelecidas relações vinculares contribuem para processos de apropriação de modos de uso e de compreensão de como essa dinâmica afeta as relações com o mundo, com o outro e com o aquilo que é produzido pela pessoa, ampliando assim possibilidades de realização de escolhas mais saudáveis e éticas.

O Centro de Convivência É de Lei é um desses espaços, caracterizando-se como um serviço de “baixa exigência”, na medida em que, para frequentar o espaço não é exigida grande organização e compromisso dos conviventes. Lá são realizadas muitas atividades em conjunto e de forma espontânea: alimentar-se, beber café, ver filmes, ouvir música, desenhar, jogar xadrez e dominó, além de muita conversa. É nesse espaço de convívio aberto que são oferecidas atividades mais propositivas: rodas de conversa com convidados, oficinas artísticas, acesso à cultura digital, saídas culturais, exibição de filmes etc. Muitos desejos surgem desses fazeres e o

convivente é convidado pelo seu próprio desejo a se mobilizar de forma mais comprometida com algo, consigo e com o outro<sup>28</sup>.

O *Chá de Lírio*<sup>29</sup>, uma das atividades mais tradicionais, acontece às segundas-feiras. Acompanhado de chá, café e bolachas realiza-se uma roda de conversa com diferentes convidados onde são debatidos temas trazidos pelos conviventes e outros propostos pela equipe. Além de temas relacionados diretamente à redução de danos, cuidado, saúde, cidadania, políticas de drogas, políticas públicas, também são abordadas atualidades, religião, cultura e outros interesses que possam surgir. Para além da troca de conhecimentos e informação, esse encontro é um potente recurso para fazer a voz circular entre as pessoas. Propicia um espaço onde todos têm a possibilidade de apresentar posicionamentos e expressar opiniões e sentimentos, fazendo com que cada um entre em contato consigo mesmo e com o coletivo.

Às terças-feiras, a equipe e os conviventes se reúnem para assistir um determinado *filme* escolhido, em geral, pelos conviventes ou, às vezes, proposto pela própria equipe. Concomitantemente ao filme acontece o *plantão de cultura digital*. Às quartas-feiras, acontecem oficinas pontuais – *cultura digital*, *fanzine* e outras. Quinta-feira é o dia da *oficina de cinema*. E toda sexta-feira, ocorrem as *oficinas de hip-hop*<sup>30</sup>.

28 Desde 2010 O Centro de Convivência se tornou também um Ponto de Cultura pelo Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Desde então, realizamos ações artísticas e culturais abertas aos conviventes e à comunidade em geral.

29 O nome da atividade faz referência ao uso do chá da flor trombeta, conhecido como chá de lírio, uma bebida alucinógena que foi bastante difundida nos anos 60 e 70. Atualmente pouco se ouve falar deste uso, mas a história permanece no imaginário das pessoas que fazem uso de drogas e serve como um chamariz para conhecerem a atividade e o espaço.

30 A oficina de cinema já foi descrita acima. As outras atividades serão descritas com mais detalhes a seguir.

27 Coordenadora do Núcleo de Cultura do É de Lei.

Com o intuito de ampliar o acesso dos conviventes aos dispositivos públicos do entorno, periodicamente são realizadas *saídas culturais* a espaços diversos. A partir das sugestões dos conviventes ou da equipe, em geral em diálogo com os assuntos em andamento nas oficinas semanais, visitamos museus, centros culturais, bibliotecas, praças, peças de teatro, cinema etc. Nota-se que os conviventes do É de Lei não frequentam esses lugares apesar de serem gratuitos e públicos. Nas conversas observa-se que os conviventes não enxergam esses espaços culturais públicos como deles, já que sofrem discriminação pela condição em que se encontram e, muitas vezes desconhecem seus direitos. Sozinhos, mesmo conhecendo seus direitos, não possuem recursos para exigi-los quando violados.

A saída em grupo oferece possibilidades desses sujeitos conhecerem e se reconhecerem nos espaços para, assim, escolherem se desejam e como desejam habitá-los. Por outro lado, essa ocupação atravessa e também evidencia essas catracas invisíveis, na medida em que sustentam e escancaram os incômodos que a presença das marcas relacionadas à população em situação de rua gera nas pessoas ao redor. Sustentar essa presença, pela força do coletivo, permite que outras relações possam ser experimentadas. Por um lado, as relações vinculares dentro do coletivo se consolidam e por outro, o entorno encontra uma possibilidade de desmistificar preconceitos.

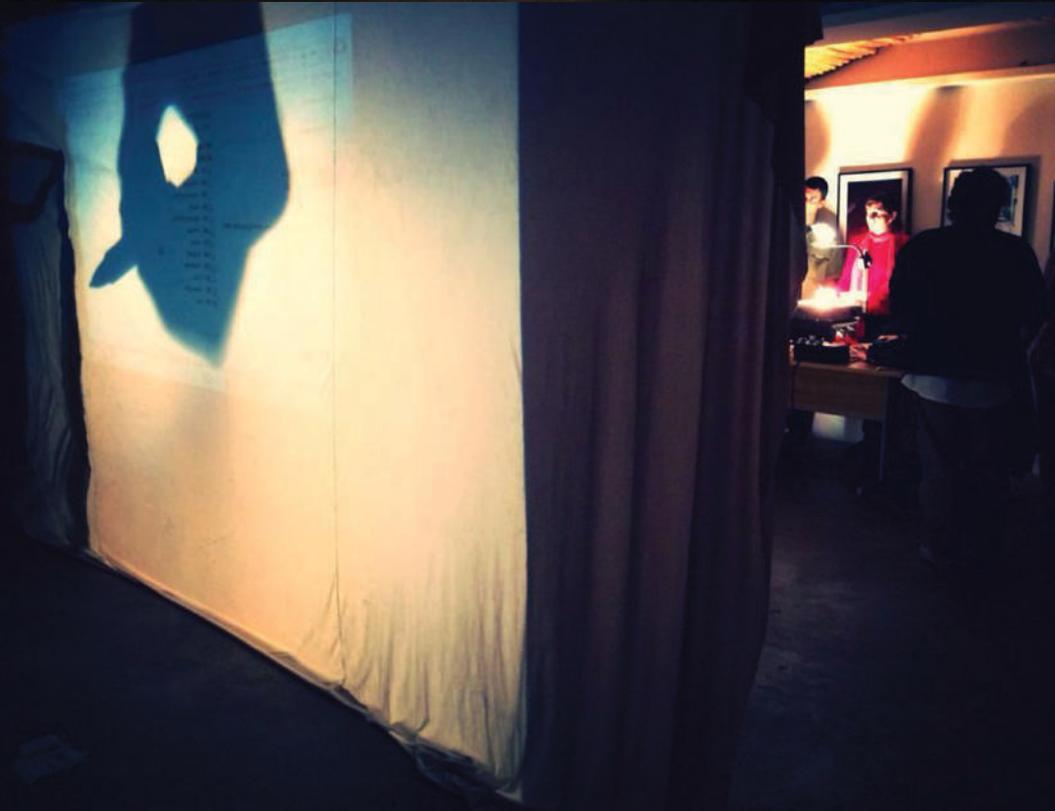
Dois outros projetos promovem a troca e o reconhecimento das produções realizadas na convivência como produções culturais e artísticas: *Residências Artísticas* e *Cinecarroça*. A residência artística proporciona possibilidade de participar e realizar de forma colaborativa um projeto artístico, a partir da proposição de um ar-

tista residente, com o objetivo de desenvolver um produto final (dependendo da linguagem utilizada pelo artista residente).

Durante o ano de 2013 realizou-se residência com a artista Leila Monsegur, do Coletivo Membrana Experimental Fiat Lux, onde os conviventes fizeram experimentações com o teatro de sombras. O *Cinecarroça* nasceu da ideia de ocupar as ruas da região central da cidade com sessões audiovisuais propiciando a integração daqueles que nelas vivem e/ou circulam. Na prática, é um pequeno carrinho equipado com equipamentos para a projeção de filmes que funciona de forma móvel e itinerante fazendo circular as produções realizadas pelo Ponto de Cultura É de Lei.

A partir dessas diferentes ações experimentou-se formas de compor a cultura e a arte interligadas às estratégias de redução de danos. No início desse processo as propostas tinham como temas, questões sociais ligadas ao uso de drogas e à situação de rua. Aos poucos notou-se que tal postura poderia reiterar estigmas vividos cotidianamente pelos participantes. Além de usar drogas ou estar em situação de rua, qualquer sujeito tem muitas características, habilidades e interesses. Com a imposição de temáticas (na melhor das intenções) os sujeitos eram objeto de um discurso ao invés de afirmar sua posição enquanto produtores de discursos.

Ao definirmos uma pessoa como *usuária de drogas* ou *moradora de rua* a reduzimos a apenas um traço de sua história. Um olhar que se define por uma falta, ou seja, olhamos aquilo que ela não é e deveria ser, numa imposição autoritária de um modo de vida ideal ou socialmente aceito. Se a arte vira instrumento para “salvar” alguém das drogas ou da miséria deixamos de reconhecer e afirmar toda a riqueza cultural que cada pessoa traz, assim como invalidamos seu modo de vida como uma escolha.



A partir dessa perspectiva crítica passamos a produzir arte com a contribuição singular de cada participante, com temáticas que habitam a imaginação de cada um. Independentemente de diagnósticos de saúde ou sociais ali somos todos produtores de intervenções artísticas e enquanto produzimos, somos reconhecidos culturalmente em novos papéis sociais. Nesse sentido, as atividades artísticas como práticas que compõe estratégias de redução de danos parecem habitar um paradoxo: quanto mais autônomas elas se dão, ou seja, quanto mais nos preocupamos em fazer arte ao invés de usá-la para outras causas, mais enriquecemos esse conjunto de estratégias.

## Cultura digital: mais perto da cidadania cultural

Pedro Brandão<sup>31</sup>

*Quando cheguei na convivência, Nestor estava em um computador e Magrão<sup>32</sup> estava em outro. Magrão, apontando pra mim, disse a Nestor: “esse é o cara que pode te ajudar a fazer seu perfil no facebook”.*

*Sentamos em frente à máquina e fui falando o que ele tinha que fazer para entrar na rede social. Perfil feito, ele queria começar a adicionar as pessoas e disse: “Quería muito achar meu filho no face, você acha que dá?” “Acho que podemos tentar”, respondi.*

*Começamos a procurar por sua ex-mulher (mãe de seu filho). Achamos o perfil da moça e, assim que a reconheceu, Nestor começou a demonstrar nervosismo. Enquanto xingava sua ex-mulher de tudo que era nome eu lhe pedia calma e foco para continuarmos a procura, que não estava tão fácil assim... Mas nada do perfil do filho! Começamos a procurar nos perfis dos amigos de sua ex-mulher até que, depois de meia hora, achamos. Im-*

*pressionantemente parecido com o homem que tremia de emoção na minha frente, tinha cerca de 14 anos. Seu pai não o via a pelo menos 12 anos e caiu no choro.*

*Nestor já havia tomado algumas e, exasperado, resolveu escrever ao filho naquele mesmo instante. Intervi propondo que ele pensasse melhor se aquele era um bom momento, afinal havia bebido bastante. Felizmente, ele concordou. Depois de ver as fotos de seu filho fechamos seu perfil e fomos conversar. Lá fora ele começou a chorar e, mostrando o nome do filho tatuado no braço, me contou como havia se afastado dele.*

*(Conversa entre conviventes e trabalhador do Centro de Convivência)*

O público do É de Lei, pelas situações de vulnerabilidades diversas em que estão inseridos, tem alguns direitos culturais negados. Os direitos culturais na atualidade, passam pela cultura digital. Além disso, existem redes de contatos da vida de pessoas que ocupam atualmente o espaço virtual e esse indivíduo como qualquer outro sente a necessidade e a curiosidade de compartilhar e receber informações.

O projeto de cultura digital do É de Lei nasceu de necessidades específicas dos conviventes que não podiam ser contempladas nas oficinas em grupo. A partir de cursos breves, oficinas e plantões o projeto pretende disseminar a cultura digital de forma crítica. Para além do simples manuseio de equipamentos, manejar

31 Coordenador do projeto Cultura Digital do Núcleo de Cultura do É de Lei.

32 Os nomes são fictícios.

tecnologias com proposições reflexivas amplia repertórios e cria a possibilidade de experimentar suas próprias ideias.

Seja procurando seu filho na internet ou realizando um ensaio fotográfico, muitos desejos dependem de tecnologias digitais para se viabilizarem. Atualmente, com a internet e a redução dos custos para a aquisição de equipamentos, cada vez mais pessoas produzem culturalmente, território outrora monopolizado por grandes meios. Porém, no capitalismo, o acesso à essas tecnologias exigem um poder aquisitivo que - mesmo com a redução de custos - essas pessoas não possuem. Poucos são os serviços que oferecem equipamentos de uso compartilhado e público, lembrando que quando falamos em acesso não falamos apenas dos equipamentos, também é necessário saber usar o equipamento de forma adequada e participar das plataformas de distribuição na internet. Como atualmente, grande parte das trocas culturais são mediadas pela internet, o que exige equipamentos e *know-how*, a falta de acesso à essas tecnologias restringe as condições de participação dessas pessoas.

O plantão é um apoio operacional importante que disponibiliza acesso à equipamentos e tecnologias de forma acompanhada. Oferece recursos tanto para a realização de projetos artísticos próprios como, também, para aquele que quer apenas compartilhar nas redes sociais detalhes de seu cotidiano. Ali, o convivente pode tirar dúvidas a respeito de como usar o computador para fazer o que necessita ou deseja como, por exemplo, fazer um currículo, acessar as redes sociais, criar uma conta de e-mail, editar suas fotografias, entrar em contato com familiares e amigos, além de realizar projetos artísticos próprios. Isso permite que se coloque de forma ativa nos modos de apresentar-se aos outros, podendo ser reconhecido por suas realizações e interesses e não apenas por sua atual condição social ou de saúde.

## O poder da palavra

Willy da Silva Araújo<sup>33</sup>

Na oficina de Hip Hop, por meio da prática do elemento Rap (Ritmo e Poesia), o projeto *Poder da Palavra* tem o objetivo de sensibilizar os conviventes do centro de convivência para as questões do cotidiano e de garantias de direitos, na perspectiva de demonstrar que de modo coletivo “apoderados da palavra,” há fortalecimento de ideias, seja para mudança social, política ou econômica.

O objetivo é introduzir a arte de fazer rap, elemento que faz parte da cultura do Hip Hop, dentro de um espaço de fortalecimento de laços afetivos e de construção da noção de autocuidado. Nossos encontros são semanais e realizados sempre em roda e se dão a partir da troca de valorização de vivências e saberes. O foco principal não é formar MCs (Mestres de Cerimônia), mas construir na oficina um espaço livre onde os conviventes possam expressar seus sentimentos e pensamentos, em versos, rimas, fonéticas ou mensagens. É importante lembrar que alguns conviventes já tinham identificação e também já escreviam algumas composições de Rap antes de começarmos a desenvolver a atividade.

Nos primeiros encontros, a proposta foi resgatar o histórico da cultura do Hip Hop, um movimento que surge do combate, através da arte, à opressão vinda de um processo histórico onde a desigualdade social, o racismo e as guerras de gangues assolavam os bairros pobres das cidades americanas.

---

33 Redutor de danos e coordenador da Oficina de Hip Hop.

Em seguida, os encontros avançaram para a estrutura poética, métrica no papel, diferença de rima e fonética, métrica oral e também sobre o papel do MC dentro de uma banda ou grupo. A importância de buscar outras referências para além do próprio Rap foi abordada, para criar um estilo musical ou poético original. Em alguns momentos foi de extrema importância a conversa sobre ritmo e experimentações de composições a partir de um programa de criação e produção musical digital onde se desenvolve com bastante facilidade uma noção de produzir Rap e outras tendências da música eletrônica. Em todos os encontros os conviventes expressaram em linhas poéticas seus sentimentos e pensamentos relacionados aos seus momentos de vida.

## **Mago**

Um presente, o que chamamos de ausente.

Ei, pode olhar, pode tocar, você sabe ousar?

O esquema refletido nos demais o objetivo de sonhar.

**Autor: Diego de Paula Machado**

## **Coisas da pele**

Vergonha! A cor da pele me irrita,

Ser negro... A cor da pele é preta.

Os céus e a terra são testemunhas,

Olhares rasgaram minha pele sem unhas.

**Autor: Rodrigo Cosme**

## **Estava andando na rua**

Estava andando na rua...

De repente veio em pensamento.

O que é poesia? Poesia é sentimento profundo

Que nasce das raízes dos nossos corações.

**Autor: Luís Carlos Rosas Santos**

## Terapia de Rua

Preciso pegar mais em canetas.

E não mais em facas!

Preciso escrever

Um verso depois

Dessa ressaca!

**Autor: Jucimar Barbosa**

## Apontamentos finais

Essas diferentes proposições oferecem a possibilidade do convivente realizar ações e gestos pessoais ou engajar-se em processos coletivos. Compor a equipe de realização de um curta-metragem, escrever e declamar poesias, aprender a criar sons a partir do teclado, desenhar, publicar seus trabalhos em um livro, criar um blog, acessar as redes sociais, conhecer outras realidades a partir das conversas e passeios, fotografar e ser fotografado, entre outras, são ações que abrem para acontecimentos. Assim, novos lugares sociais podem ser habitados e esses sujeitos podem ser reconhecidos de outros modos: como artistas, criadores, realizadores... Essa circulação amplia as referências e as possibilidades de escolha dos participantes em sua própria vida e na relação com o outro, contribuindo para sua autonomia e possibilidade de gerir a própria vida, elemento fundamental para a prática da redução de danos.

Essa configuração complexa do espaço de convivência e dos modos de habitá-lo, ocupando-o com propostas de atividades gera um terreno fértil para trocas talvez inéditas se não fosse esse dispositivo. O relato abaixo apresenta a complexidade dessa trama:

*Em 2012, duas estudantes do Ensino Médio me procuram para uma entrevista. Estudam numa escola de elite. Estão realizando um trabalho escolar sobre segregação social. Convido-as para uma conversa no Centro de Convivência. A simples ida ao centro da cidade sozinhas utilizando o transporte*

*público já foi uma aventura para as garotas. Uma delas precisou mentir para a família, já que era proibida de realizar essa ação. Outra não teve coragem e não conseguiu chegar.*

*Elas me contam que já haviam ido ao centro da cidade, mas numa visita guiada pela escola, na qual elas não puderam circular livremente pelas ruas pela excessiva mediação dos monitores/guias de turismo. Contam que suas vidas se resumem a andar dentro dos carros de suas famílias em muitos espaços privados. Saem de dentro de estacionamentos para outros estacionamentos. Para elas, o shopping era o máximo que puderam experimentar de um espaço público.*

*Depois da entrevista, convido-as para conversar com os conviventes. Elas integram-se no Centro de Convivência, realizam entrevistas, conversam. Depois desse encontro enviam um e-mail agradecendo por terem vivido “uma das experiências mais incríveis de suas vidas”, por terem saído de sua “bolha”.*

*Quando finalizam o trabalho, as alunas voltam para apresentar o vídeo que realizaram para os conviventes em um Chá de Lírio.*

*A conversa é animada, os conviventes as apoiam e questionam e conflitos aparecem.*

*Após alguns dias, um dos conviventes, bastante mobilizado pelo debate sobre segregação social, traz a ideia de uma intervenção. Ele gostaria de entrar num shopping vestido de pessoa normal, mas vestido de mendigo por baixo da roupa. Propõe então registrar a reação das pessoas. O “mendigo” não iria roubar, nem fazer nada proibido, apenas estaria ali, consumindo como qualquer outro consumidor. Importante salientar que esse participante já viveu muitos anos em situação de rua, já habitou esse lugar do “mendigo”.<sup>34</sup>*

De forma coletiva e a partir da apropriação dos recursos e aparatos de registro que ele conheceu pela participação nas atividades do É de Lei, ele deseja fazer uma nova experiência diante desse papel outrora já experimentado. Posição que ele visualiza poder experimentar, recriar, reconfigurar. Viver esse papel a partir de outro lugar. Esse processo, proporcionado pelo aparato *Ponto de Cultura*, parece deslocar a vivência individual de sofrimento e condição de *mendigo* para um jogo de denúncias das formas de relação. A partir de uma ação afirmativa no espaço, oferece ao entorno uma qualidade especular, deixa de ser um objeto depositário

<sup>34</sup> Trecho de relato de Isabela Umbuzeiro Valent. O relato pode ser lido na íntegra na sua dissertação de mestrado. In: VALENT, I. U. *Fazer imagens, inventar lugares : experimentações fotográficas e audiovisuais em práticas artísticas na interface Cultura e Saúde*. Dissertação (Mestrado). Programa Interunidades Estética e História da Arte / Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. 153 f.

de preconceitos e forças de exclusão para promover certos embaços, para fazer ver linhas desse dispositivo de higiene social.

Esse desejo de projeto e essa ação poderia ser chamada de *performance*. O convivente que teve a ideia não a chama assim. Mas esses nomes pouco importam, esse desejo mobiliza a todos em volta e gera encontros. A ação está, atualmente, em andamento e envolvendo diferentes dispositivos no Centro de Convivência. No plantão de cultura digital o convivente estrutura e sistematiza suas ideias, assim nasce o *Projeto Preto no Branco*. Os redutores de danos auxiliam o convivente a liderar a proposta e a envolver outros conviventes em uma ação coletiva bem como buscar recursos em outros espaços culturais – participar de uma oficina de atores – para sua preparação cênica. Em parceria foi realizado um Chá de Lírio para que ele exponha suas ideias e abra a conversa com o coletivo e a *Oficina de Cinema* é convidada a colaborar com a proposta, dando suporte para a equipe de registro e realização do vídeo da *performance*.

Como o relato acima mostra, a estrutura aberta oferecida pelo Ponto de Cultura É de Lei torna-se um dispositivo que o convivente pode acionar para fazer gestos estéticos singulares de forma colaborativa, acrescentando diferenças à trama da Cultura.

## De Rolê nas medidas socioeducativas

*Isabela Umbuzeiro Valent*

*Nathalia Oliveira da Silva*

*Pedro Brandão*

### Um Estado em conflito com sua juventude

Como fazer um trabalho de redução de riscos e danos associados ao uso de drogas com o público jovem em conflito com a lei? Esse desafio gerou uma experiência piloto: *De Rolê, as mil fitas de uma juventude inconformada com a lei*. A experiência consistiu em oficinas culturais onde participaram jovens que frequentavam dois serviços de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSEMA)<sup>35</sup> na região central de São Paulo. O termo inconformado enfatiza o aspecto de uma possível discordância que o jovem pode ter com a lei, ao invés de apenas colocá-lo no lugar de alguém que tem um conflito.

<sup>35</sup> Trata-se de medida aplicada a adolescentes que praticam atos infracionais, conforme o Artigo 112 da Lei nº 8.096, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Na primeira etapa do processo foi realizada uma pesquisa na cidade de São Paulo. Qual seria o nosso território para envolver esse público? O termo jovem em conflito abarcava uma multiplicidade de sujeitos dispersos na cidade. Pensar nos espaços onde poderíamos encontrar esses jovens foi nosso primeiro desafio. Visitamos projetos no extremo sul da cidade pensando nas relações entre a vulnerabilidade da população periférica, sua condição socioeconômica e o alto índice de jovens envolvidos em situações de conflito com a lei.

O É de Lei há 16 anos desenvolve estratégias de redução de danos na região central de São Paulo. Grande parte das pessoas que participam das atividades são adultos em situações de intensa vulnerabilidade. Observa-se que muitos deles cometeram infrações durante suas trajetórias de vida e imagina-se que seria possível trabalhar com indivíduos de destinos semelhantes em uma fase anterior da vida na rede que já atuamos. Buscou-se, então, mapear os serviços de MSEMAs da região central. Através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a partir do contato com os dois serviços dessa região foram traçadas possibilidades de desenho da proposta e escolha dos núcleos dos bairros Bela Vista e Santa Cecília.

No início buscou-se investigar qual era a relação de risco e dano relacionado ao uso de drogas a partir da caracterização do perfil dos jovens atendidos nos serviços. Pelo relato dos técnicos, muito dos jovens cometiam infrações relacionadas ao tráfico, mas poucos apresentavam relações de uso abusivo de modo sistemático<sup>36</sup>. Assim, concluiu-se que um dos maiores riscos que esse públi-

---

36 No contato com os jovens ouvíamos relatos de usos abusivos em situações pontuais como em festas, por exemplo. É difícil obter a informação de como o jovem se relaciona com as drogas, pois o fato de algumas serem ilícitas e os educadores do serviço, na percepção do jovem estarem ligados ao judiciário, faz com que não se estabeleça um espaço de confiança para que ele possa refletir sobre o

co vive é a exposição ao trabalho no tráfico como forma de geração de renda e pertencimento, diante da falta de oportunidades ao qual jovens em situação de vulnerabilidade vivem. Esse risco parece estar muito mais ligado ao proibicionismo e às políticas relacionadas à *guerra às drogas*, do que ao uso das substâncias em si. Diante desse contexto, como trabalhar?

Como objetivo dessa proposta, foi traçado um trabalho formativo onde o jovem pudesse agregar referências que ampliassem sua percepção para a complexidade de seu contexto e suas possibilidades de escolha diante de sua condição de vida:

- Criar um espaço fértil de processos experimentais das relações sociais e culturais que envolvem compreensões de si, do outro e do comum;
- Construir junto aos jovens um espaço que trabalhe a partir da coletividade o cuidado de si, ampliando as possibilidades de escolha dos participantes;
- Promover um espaço reflexivo onde surjam imagens de como esses sujeitos se percebem no mundo;
- Problematizar essas imagens de si e do outro evidenciando os processos de construção das mesmas;
- Trabalhar possibilidades do modo de se perceber e de se colocar nos variados contextos;
- Criar, coletivamente, intervenções na cidade de modo que os jovens se apropriem criativamente dos espaços sociais que ocupam.

---

próprio uso. É muito comum em serviços sociais, de saúde ou educacionais, que os profissionais encaminhem para o tratamento muitos jovens que ainda não estabeleceram uma relação de uso problemático fazendo com que o tratamento se configure como uma espécie de punição em relação ao uso. Todo esse contexto faz com que o jovem não encontre um espaço seguro e acolhedor para obter informações e conversar sobre as substâncias e a sua relação com elas.

Para tanto, buscamos trabalhar a partir de temáticas transversais na relação com o cotidiano desses jovens:

- Pertencimento à cidade
- Capitalismo e consumo
- Drogas e consumo
- História das drogas
- Educação em direitos
- Referências artístico-culturais
- Juventude e classes sociais, gênero e raça
- Autocuidado, contextos de usos de drogas e vulnerabilidades
- Educação sexual

A ideia era de que os temas fossem abordados de forma transversal a partir de proposições que envolviam exibição de filmes, rodas de conversa, ateliês artísticos, produção audiovisual, fotografia, poesia, saídas para equipamentos culturais do território e intervenções urbanas. Em conjunto com a SMADS e os profissionais dos núcleos envolvidos optou-se trabalhar com oficinas semanais abertas com duração de 2 horas dentro dos núcleos. Para tanto, foram realizados alguns encontros de sensibilização das equipes para que os técnicos pudessem convidar os jovens que acompanhavam individualmente. A oficina foi divulgada pela equipe nos encontros mensais em grupos que os núcleos promovem a fim de convidá-los para essa experiência.

Cartaz de divulgação da oficina. Projeto gráfico de Gabriel > Kerhart. Arquivo É de Lei, 2014.



## Os primeiros contatos com os elementos que constituem essa subjetividade

No início do trabalho observa-se que nem tudo o que havia sido planejado seria possível de ser realizado. O primeiro obstáculo encontrado foi a dificuldade em formar um grupo já que havia uma descontinuidade na participação dos jovens nas oficinas. Um segundo desafio fugia do controle da equipe, pois aos poucos notava-se que a medida socioeducativa era encarada por esses jovens como um espaço de cumprimento de “pena”, uma perspectiva distinta da leitura do Projeto sobre o que seria essa medida. O espaço fazia com que os adolescentes enxergassem as oficinas como mais uma extensão do poder judiciário, mesmo não sendo obrigatórias e não estarem diretamente associada à “pena” de cada um deles.

O encontro dos educadores com os jovens e o contexto de convergência de energias foi algo impactante, mesmo com muito esforço, não há embasamento teórico que dê conta de sentir o que o outro vive em seu cotidiano.

Estrangeiros e testemunhas de relatos que desde o início narravam com detalhes o cotidiano no tráfico de drogas, crime organizado, sonhos perdidos, o desejo de liberdade, além das diversas violações de direitos por todos os espaços que deveriam oferecer a proteção desses adolescentes, esse era o papel de cada educador. A teoria apresentava explicações de como determinadas violações aconteciam, mas entrar em contato com a concretude e o cotidiano da vida de cada ser humano que encontrávamos vivendo situações de vulnerabilidade, o que fazia com que muitas vezes os próprios não encontrassem valor na vida, era impactante.

Era possível perceber que alguns jovens pretendiam reorganizar sua trajetória de maneira que não precisassem mais passar por uma situação de desconforto, mas uma grande maioria se encontrava em um processo cíclico de reincidência, internações em Fundações Casa<sup>37</sup> e mais identificado ainda com o crime organizado e seus códigos e condutas, especialmente àqueles que já haviam passado períodos de restrição de liberdade. De maneira que o espaço da MSEMA parecia ser vivido de forma protocolar na vida desses jovens, não se constituindo como um espaço para reorganização de projeto de vida.

Ao longo das oficinas também foi possível observar diferenças entre os jovens que nunca cumpriram medida de internação na Fundação Casa e aqueles que já o tinham cumprido. Existia diferença de comportamento, vocabulário, trejeitos, tatuagens pelo corpo, entonação da voz e a maneira de dirigir o olhar, de maneira que, em poucos minutos de conversa era possível, identificar quem já tinha ido para a Fundação Casa e quem nunca por lá havia passado.

O estigma produzido pela internação parecia ser tão marcante, que, após esse processo, muitos dos jovens pareciam ter como única possibilidade se relacionar com a sociedade pelas bordas, através do crime. É como graduar-se em determinada carreira, a carreira de desviante, aquele que não se enquadra nas regras virtuais pactuadas socialmente, tornando-se, então, o indesejado. Quanto mais esse jovem internaliza as novas condutas para construir seu espaço de pertença e proteção, mais se afasta das regras que serão impostas pelo juiz para ressocialização, quando entrar em medida socioeducativa em meio aberto.

---

37 Unidades educacionais de internação para cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade do estado de São Paulo.

Com esse cenário em mente, impactados, houve a necessidade de uma reorganização metodológica, focando no que o contexto pedia e deixamos de perseguir nossas expectativas. O público que procurava o Projeto trazia três elementos quando, por exemplo, era disponibilizado o *spray* livremente: nome, território e siglas que fazem alusão ao crime identificavam os jovens em diversos casos. Optou-se, dessa forma, por promover espaços de escuta e práticas com foco na disseminação da informação e reflexão sobre direitos humanos, identidade, consumo e relação com o crime.<sup>38</sup>

As violências sofridas e o distanciamento das regras sociais os colocaram em constante conflito e reincidência com as normas legais. Ao mesmo tempo em que o aproximar e aumentará sua aceitação na facção criminosa PCC, por exemplo. Esses adolescentes não são mais desviantes desorganizados, pelo contrário agem e pertencem em uma nova instituição que abriga todo tipo de desviante do segmento criminoso, a ressocialização desse adolescente acontecerá na lógica do PCC. Pois, ao sair da internação, esse adolescente será publicamente conhecido em seu território como o indesejado *ex-febem*<sup>39</sup>. Esse estigma marcará sua relação

---

38 É importante lembrar que parcela do crime em São Paulo é organizada pela facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), uma organização que surge nas décadas de 1980 e 90 nas cadeias paulistas reivindicando melhorias no sistema prisional e respeito aos Direitos Humanos dentro desses espaços. Hoje se sabe que tal organização é responsável por grande parte da logística de distribuição de drogas no estado e a organização da maioria das ações criminosas. Para tal domínio, o PCC vai impor sua forma de funcionamento dentro e fora das cadeias. O que não tínhamos conhecimento oficial é do quanto o PCC também já estava instituído dentro das Fundações Casa. Uma obra recente de Fábio Mallart (2014), o livro Cadeias dominadas, nos trará um panorama do quanto a cultura do PCC está inserida no cotidiano desses jovens. O PCC organizará o comportamento desviante (ação criminosa), atribuindo-lhe características, estatutos e regras de funcionamento.

39 Nome anterior do espaço de internação dos adolescentes que cometiam atos infracionais.

com o entorno: família, escola<sup>40</sup> e o efetivo da polícia<sup>41</sup> que faz ronda na região.

Em 2014 o Brasil se tornou a terceira população carcerária do mundo, 715 mil presos segundo o Conselho Nacional de Justiça, 200 mil no estado de São Paulo. Esses números colocam o País acima da média mundial, enquanto aqui há 358 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, a média no mundo é de 144 presos para cada 100 mil habitantes, sem contar que nesses números não estão computados pessoas com liberdades restritivas, apenas as encarceradas ou em prisões domiciliares.

Após a nova lei de drogas de 2006, foi elevado em 37% o percentual de presos brasileiros, pois o tráfico de drogas foi equiparado com crimes hediondos. Essa equiparação não dá direito a penas alternativas, ao regime fechado e não permite atenuantes mesmo que o réu seja primário. Pesquisas recentes demonstram que a maior parte das pessoas presas por crimes relacionados a drogas são homens, jovens com idade entre 18 e 29 anos, negros e pardos, com escolaridade até o primeiro grau completo, e sem antecedentes criminais. Ou seja, prendemos usuários ou pequenos traficantes que são facilmente repostos no mercado.

---

40 A comunidade escolar também tem conhecimento da situação vivida pelo(a) adolescente, o que muitas vezes ocasiona a negação de sua matrícula, ou, quando o aceitam, esse jovem é objeto de permanente vigilância e diversas exposições.

41 O conhecimento da situação desse adolescente por parte da polícia do bairro incorrerá em uma sistemática vigilância e abordagem, que terá como consequências a prática contínua de violações de direitos por parte do estado. Ao longo das oficinas a principal reclamação era que os adolescentes sofriam muitos enquadros da polícia ao longo do dia, percebemos a gravidade da situação quando fomos fazer o primeiro passeio ao território. Levamos os jovens para uma exposição sobre as manifestações de Junho em um espaço cultural do entorno, em um percurso de menos de 2 km sofremos três ameaças de enquadro que foram evitadas porque nossos educadores mediarão com a polícia.

Se a lógica for invertida e pensarmos que um Estado que apresenta como resposta mais cadeias, ficará evidente que o Estado está em conflito com essa juventude, negando direitos aos pobres e oferecendo punição a qualquer momento. Ora, se os pobres são a maioria da população carcerária e o Estado opta por prender inclusive os réus primários, isso demonstra que vivemos o inverso do que pensamos no senso comum. As pessoas não são presas porque existem crimes, as pessoas são presas para nunca mais pertencerem a essa sociedade e, portanto poderem ter sua existência abreviada sem que ninguém se dê conta.

## O trabalho nas oficinas

As oficinas seguiram formatos diferentes nos dois núcleos que atuamos. Cada serviço tem seu modo de trabalhar e se envolveu de forma diferente diante da proposta. Ao mesmo tempo em que a parceria com os núcleos permitiu o acesso aos jovens, a oficina também acabou ficando atrelada ao funcionamento dos serviços, causando alguns limites à proposta inicial e dependendo bastante da participação e engajamento dos técnicos no serviço.

No núcleo de Santa Cecília, após um mês de oficinas o público não compareceu mais, desistindo do Projeto. Assim, uma avaliação conjunta com o serviço foi realizada, entendendo que ele se encontrava em um contexto onde as famílias dos jovens viviam em condições de maior vulnerabilidade e com pouca possibilidade

de organização da vida cotidiana<sup>42</sup>. O núcleo era pequeno, atendia cerca de 90 adolescentes no total. Além disso, não houve uma aderência por parte dos técnicos à proposta. Diante desse cenário, optou-se trabalhar com encontros quinzenais e atrelar a oficina à medida que surgissem jovens com um perfil mais crítico e que tivessem interesse no trabalho desenvolvido.

Ao final das oficinas, acabamos trabalhando com um público pequeno, mas permanente, já que um dos técnicos do serviço se juntou fortemente à proposta, não só indicando os jovens para participar como acompanhando e agregando sua participação às suas medidas. Dessa maneira, questões específicas foram aprofundadas com alguns dos jovens, como a proposta de finalização das atividades neste núcleo, em que foi realizado de forma colaborativa a filmagem *Quase Livres*, um pequeno documentário com entrevistas entre os trabalhadores e os jovens sobre a liberdade assistida.

O fazer audiovisual abriu possibilidade de outras trocas entre os jovens e os trabalhadores, rompendo algumas barreiras presenciadas quando propostas de atividades mais verbais ocorriam. A partir da experimentação, em que o jovem podia pegar na câmera, entrevistar, realizar perguntas para osicineiros e entre eles, foi possível abrir espaços para muitas conversas positivas.

Surgiu, dessa forma, neste momento, um espaço fértil para a construção de um espaço confiável, onde muitos elementos do cotidiano desse jovem em relação ao uso de drogas e o envolvimento com o crime, bem como outras habilidades, desejos e sonhos puderam ganhar foco de forma compartilhada.

---

42 O contexto envolvia a população de uma favela e de muitas famílias que viviam em outros tipos de ocupações irregulares.

No núcleo do bairro de Bela Vista a participação dos técnicos foi fundamental, o que contribuiu para que as oficinas iniciassem com um elevado número de jovens. Apesar da frequência oscilar entre uma oficina e outra, a turma mantinha alguns jovens ao longo dos meses e agregava outros que apareciam vez ou outra. Nesse grupo tivemos uma participação maior de meninas, tanto em número quanto em frequência.

As oficinas foram melhor elaboradas e desenvolvidas, e, como existia o conhecimento prévio do outro núcleo, e sobre os pontos que tinham funcionado, houve um maior vínculo com os adolescentes que iam com maior frequência. Nas tardes de oficina os adolescentes ficavam no núcleo conversando conosco mesmo após o término das atividades. Ainda assim, notava-se pouca identificação do grupo com algumas propostas, principalmente as que envolviam vídeos e roda de conversa. Era muito comum também a frequência de jovens que apenas passavam pela oficina, mas que não tinham ido ao núcleo para isso. Alguns que frequentavam o núcleo, não estavam cumprindo medida, mas iam acompanhar algum amigo ou amiga. Muitos já se conheciam do bairro ou da escola.

Por conta da rotatividade, atividades curtas eram programadas, deveriam iniciar e encerrar no mesmo dia. Em muitos momentos foram disponibilizadas latas de *spray* aos jovens, o que promoveu com que eles compartilhassem com o grupo símbolos, palavras e imagens. Foram realizados três *rolês*: visitamos duas exposições e fizemos uma saída fotográfica pelo entorno para escolher um muro para uma intervenção artística.

O último mês do percurso foi marcado pela realização de ateliês artísticos, com oficinas de *stencil*<sup>43</sup> a partir do retrato fotográfico dos participantes, oficinas de escrita criando frases para cartazes em *lambe-lambe*<sup>44</sup>, oficinas de som e poesia, e oficinas fotográficas com câmeras analógicas descartáveis para registros das saídas. O resultado das oficinas foi uma intervenção artística coletiva no muro de um estacionamento do bairro. Essa atividade encerrou nosso trabalho nesse núcleo.

O *De Rolê* termina com uma mudança profunda na forma como a equipe pensa o trabalho com esse público. A prática apresentou os desafios desse trabalho com a juventude, mas também a necessidade de articulações com diferentes camadas dos serviços responsáveis por esses jovens. Sem dúvida essa experiência é pequena e localizada em um território específico da cidade, o centro. Ficam os relatos, vivências e as sementes, além de algumas indicações para a principal pergunta: como trabalhar redução de danos com juventudes inconformadas com a lei?

---

43 Stencil é uma técnica usada para aplicar desenhos ou ilustrações através da aplicação de tinta, aerossol ou não, através do corte ou perfuração em papel ou acetato.

44 Lambe lambe é uma técnica de colagem de cartazes em papel, em muros e postes realizada com cola feita da farinha de trigo.

## QUEBRA-CABEÇA DO CORAÇÃO DE SP

→ → CARTA DE INSTRUÇÕES

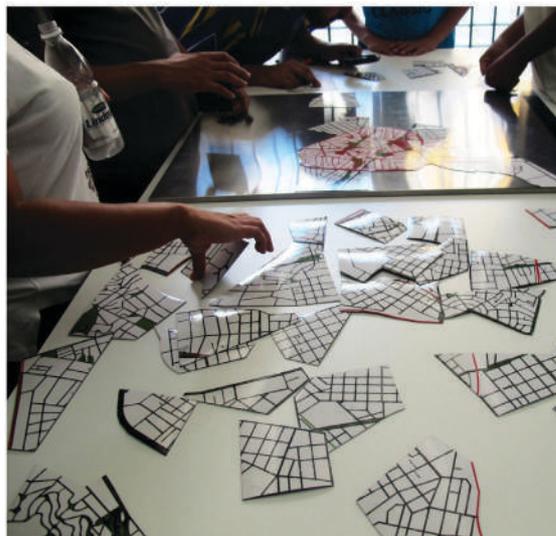
• CONTÉM 48 PEÇAS MAGNÉTICAS E 1 CHAPA INOX

• EXISTEM 3 CRITÉRIOS PARA MONTAR O JOGO:

- 1 → COR DAS PEÇAS
- 2 → FORMATO DAS PEÇAS
- 3 → NOMES DAS RUAS E DOS BAIRROS

BOA SORTE !!!

OBS: ESSE QUEBRA-CABEÇA APRESENTA ALTO GRAU DE DIFICULDADE



Jogo de quebra-cabeça criado por Gabriel Kerhart. O uso desse jogo na oficina enquadra-se no tema território e pertencimento à cidade.

## A criação de métodos, fazeres e ambientes nas oficinas

*Relato de Pedro Brandão<sup>45</sup>*

Antes de ler este relato quero sugerir ao leitor uma coisa: entenda que o *De Rolê* foi uma experiência piloto e ousada. A metodologia, muito discutida nas etapas de planejamento, foi moldada pela prática, no *cara a cara* com os jovens, onde muitas vezes enfrentamos problema como o esvaziamento das oficinas. Mas superamos as frustrações, reajustamos expectativas, construímos e desconstruímos, e ao final sentimos nosso discreto impacto nos núcleos de MSEMA onde estivemos.

Acordos firmados, vamos para as apresentações: a equipe começou comigo, Pedro, um educador social; Nathalia, educadora social; Isabela, uma terapeuta ocupacional; e Gabriel, poeta e artista visual, que deixou o projeto, sendo substituído por Willy, educador social e redutor de danos. Assim, a oficina era pensada a partir da pluralidade de formações nessa composição. Nossas conversas facilmente tornavam-se debates em que visões distintas de mundo colidiam e reformatavam-se, mas também, felizmente, se complementavam.

Certamente, muito do que imaginamos do trabalho e sua relação com a RD mudou. O uso de drogas que a juventude faz é abusivo em alguns contextos, como em festas, mas passa longe de ser o grande motor de sua vulnerabilidade. O que vulnerabiliza o jovem é sua condição socioeconômica associada à cultura de consumo intenso em que o próprio está imerso. Esses fatores levam

muitos jovens ao mundo do crime e seus problemas com o mundo das drogas se dá muito mais pelo tráfico de drogas que os aceita como trabalhadores do que pelo uso.

É engraçado, mas é como se tivéssemos que pensar em reduzir danos e riscos associados aos impactos da vontade de ter um tênis Mizuno ou Nike e não poder. Seria desonesto falar que esse jovem infraciona para comprar drogas. Ele infraciona para comprar roupas da moda, para ter um celular de última geração e não é possível culpá-lo por querer essas coisas. Conversando com os jovens, principalmente os do sexo masculino, percebi que eles associam o seu consumo diretamente a possibilidade de conseguir fazer sexo. Entendem que sua forma de se vestir garante um *status* que faz eles serem percebidos pelas garotas e isso impactante e notório.

Venho de uma formação conhecida como Educação Democrática. Vejo com admiração iniciativas como o *Summerhill* e a *Escola da Ponte*, entre outras experiências. Tinha quase que como um dogma que o contrato com o educando deve partir do princípio de que este é livre e que não se deve impor nada que a ele não faça sentido. A partir dessa perspectiva defendi em nosso planejamento que os jovens não deveriam ser, de nenhuma forma, obrigados a participar das oficinas. Ou seja, não iríamos vincular nossa oficina à medida, apenas faríamos convites. Era responsabilidade nossa e da equipe do serviço sensibilizar os jovens para que aderissem à oficina.

Como o próprio nome já sugere, o *De Rolê* propunha sair com os jovens, conhecer a cidade e pensar sobre seus caminhos. Chegamos a falar que seria uma oficina de apropriação da cidade. Conversamos muito sobre segregação espacial e fomos entendendo como a locomoção restrita e a falta de acesso a espaços

---

<sup>45</sup> Educador da oficina De Rolê: As mil fitas de uma juventude inconformada com a lei.

culturais, de lazer e de saber contribuem para o aumento de vulnerabilidades. A cidade seria a oficina, os ônibus, mapas, rotas e escritos nos muros seriam as nossas ferramentas para decodificar o imaginário do jovem inconformado com a lei.

Talvez você esteja pensando que o que digo é bem romântico e, neste caso, você está certo. Uma juventude acuada, violenta e com medo é com o que nos deparamos. O proletariado do crime<sup>46</sup>. Nossos convites não surtiram o efeito esperado. Enquanto falávamos os jovens olhavam para o teto, contando os minutos para irem embora e “assinarem a LA” do dia. Certa vez, ao levar alguns jovens a uma exposição artística, um dos poucos que restaram – dos muitos que tinham saído conosco e que simplesmente debandaram - nos disse: “Prefiro muito mais o atendimento com o ‘cara lá’ – referindo-se ao técnico de sua medida. Com ele só dura 20 minutos, com vocês o LA dura muito tempo, eu não gosto.”

Lembre-se que tínhamos convidado esse jovem a ir, em nenhum momento ele foi obrigado. Nossos argumentos sempre sugeriam que a saída seria legal, que iríamos a um lugar interessante que ele iria gostar de conhecer, focando em uma postura de estímulo do que de convencimento. Deste ponto, tiro duas conclusões: a primeira é que, em geral, se o jovem se abre, ele até gosta de passeio. A segunda é que ele pode fazer a coisa mais legal do mundo, mas na cabeça dele, sempre será o cumprimento de uma pena e isso tira a potência da primeira afirmação.

Durante todo o processo me lembrei da minha adolescência. Em como era rebelde e insubordinado e no prazer que tinha em quebrar a ordem, buscando me colocar no lugar daquele jovem. E,

---

46 Uso o termo por entender que esse jovens são sujeitos a condições de trabalho de risco exatamente como o proletariado no início do século XX.

de fato, eu não ia querer estar ali. Houve momentos que nos sentimos perdidos em nossas proposições. Elas não pareciam tocar os jovens como gostaríamos. Mas, em algumas conversas informais ou quando oferecíamos tintas *spray* e espaços livres para a expressão, começamos a identificar novos elementos para trabalhar.

No nosso planejamento conversamos muito sobre grafite e *pixação*<sup>47</sup>, marcas permanentes na cidade que os jovens têm muito contato. Uma das ações propostas era se apresentar escrevendo o nome, usando tinta *spray*, na parede forrada de papel *kraft*. A lata de *spray* exerceu um fascínio nos jovens, alguns ficavam tímidos, outros já eram mais abertos a experimentar, mas todos sorriam depois de escrever seu nome na parede. Percebemos que as marcas e desenhos eram reflexos claros dos seus imaginários. Exemplo disso era um símbolo constante que aparecia em nossas oficinas. O antigo símbolo do *yin e yang*, que remonta a antigas religiões chinesas e que foi apropriado por uma marca e, talvez por essa razão, apropriado pela organização PCC. Os jovens escreviam, também, 1533, sendo o 15 referência à décima quinta letra do alfabeto e, 33, duas vezes a terceira letra formando a sigla PCC. O número 157 – número do artigo para assalto a mão armada – surgiu algumas vezes.

Durante um tempo, ao ver essas marcas expressas pelos jovens, eu apenas perguntava se eles sabiam da origem do símbolo e explicava. Isso nunca deu muito resultado e optei por uma abordagem mais direta. Perguntava claramente – mas não na frente dos outros – porque o jovem estava colocando a marca de uma organização notoriamente criminosa ali dentro do local de cumprimento da medida ou se ele fazia parte do PCC para estar fazendo aquilo. O impacto da pergunta nos levava a conversas mais interes-

---

47 Optei pela grafia dessa palavra com X em respeito a grafia usada pelos próprios pixadores.

santes. Em geral o jovem respondia que não, mas que admirava a organização por colocar “ordem” e por fazer o enfrentamento aos “vermes” (a polícia).

O objeto *spray* então ofereceu uma possibilidade para que esse jovem expressasse o seu pensamento sobre uma organização muito presente em sua vida. Esse jovem não tem participação orgânica no PCC, mas seu imaginário é construído pela ação deles em sua comunidade. Não só o dele, mas o dos outros jovens ali presentes, e ao fazer a marca na parede esse jovem não afirma a organização, mas afirma que esta compõe seu imaginário.

Não é fácil fazer uma sala de aula inteira fazer a mesma coisa, os nossos grupos de jovens mais ainda. Muitas vezes deixava a oficina frustrado, a única coisa que via de positivo era a conversa informal, hora em um momento de dispersão do grupo ou durante o lanche. Nossas saídas sempre traziam bons momentos de conversa com os jovens, mas existe toda uma complicação em levar os jovens para um passeio, passávamos mais tempo em sala do que esperávamos.

Em uma segunda fase do projeto, já com o novo membro da equipe, fizemos conversas junto à SMADS e aos núcleos de MSEMA e optamos por atrelar a oficina à medida. Comparecer a oficina faria agora parte das responsabilidades do jovem. Optamos também por formatos mais simples: em primeiro momento, um filme seguido por uma roda de conversa, depois apenas passávamos os filmes. A conversa que ocorria após o filme, começava com muitos adolescentes e terminava com bem poucos, mas os que ficavam demonstravam muito interesse, questionavam, relacionavam as histórias dos filmes com suas histórias. O filme projetado como a lata de *spray* prendia a atenção dos jovens. Sempre ficavam alguns querendo falar sobre o que pensavam. A frustração diminuía.



Produção dos participantes da oficina. Spray sobre papel kraft, 2014.

Dávamos oficinas em dois núcleos, por razões de força maior, tivemos que dividir a equipe, e acabei sendo o único a participar das duas oficinas, embora muitas vezes estivéssemos todos em um ou outro núcleo.

Cada oficina tinha seu próprio jeito e tomaram rumos diferentes por um tempo até se encontrarem. Junto com a Isabela, que além de TO é fotógrafa, as propostas eram bem mais estéticas. Tiramos fotos, projetamos em uma parede com um fotolito colado e fizemos um estêncil com os rostos dos jovens, também fizemos um filme chamado *Quase Livres* – nome proposto pelos jovens – com o tema: “o que é liberdade assistida”. Pegar na câmera deixou os adolescentes envolvidos em capturar imagens no entorno, todos se entrevistaram. Junto com o Willy, redutor de danos e rapper, ocorreram proposições musicais, mas também fizemos o estêncil. Nesse segundo caso, trabalhamos muito o Funk. Willy tem um pequeno teclado, que conectado ao computador permite a criação de *samples* e batidas, os jovens novamente ficavam muito interessados.

Nessas três atividades noto algumas coisas em comum: os jovens ficaram interessados, equipamentos foram usados (projetores, câmeras, computadores etc.) e produtos foram feitos coletivamente (estêncil, filme e batidas de música). Dai tirei algumas conclusões: objetos tecnológicos fazem muita diferença, pegar em uma câmera semiprofissional tem um impacto que pode ser visto nos olhos de cada jovem. A fotografia exerce um papel importante no mundo de hoje e essa juventude sente esse trânsito diferenciado, basta acompanhar os perfis pessoais de pessoas dessa faixa etária, os inúmeros *selfies*, além do que ter contato com equipamentos melhores chama a atenção. Isso também vale para o teclado.

São equipamentos de produção cultural, produção que esse jovem consome, coisas em que ele tem interesse no seu dia a dia. Quando oferecemos esse tipo de material para o jovem ele natural-

mente se abre pelo simples fato de se interessar, e deste momento em diante, o contato olho no olho começa. Criamos vínculos, os jovens falam, o contato com os educadores passa de obrigação para um prazer.

Quando fizemos o filme, por exemplo, o interesse na proposta gerou um espaço de conversa onde os jovens contaram para nós, mas principalmente, uns para os outros, um pouco de suas trajetórias. As violações que sofreram quando foram apreendidos pela polícia, por exemplo. Esse acontecimento permitiu que trabalhássemos essas questões coletivamente; a quebra de direito não é algo que aconteceu com um só, não é uma questão do colega ao lado ter vacilado ou corrido para o lado errado, isso acontece muito. Podíamos trabalhar agora com uma qualidade que não tínhamos, articular acontecimentos pessoais com estruturas sociais, como o racismo e o classismo da polícia.

Foi somente com essa abertura, através do diálogo, que conseguimos trabalhar com mais qualidade o livro que fizemos e, por fim, ouvimos que um jovem leu o livro todo e gostou. Os passeios também ganharam outros ares, segundo uma jovem: “Eu prefiro muito mais fazer oficinas com vocês do que conversar na salinha com ela” referindo-se à sua técnica de referência. O trabalho individual com os adolescentes é muito importante, mas certas questões só surgem em grupo, um qualificando o outro. Um exemplo disso são os jovens entravam silenciosos nos atendimentos e que depois de se expressarem em experiências de grupo, ofereciam elementos para o trabalho individual.

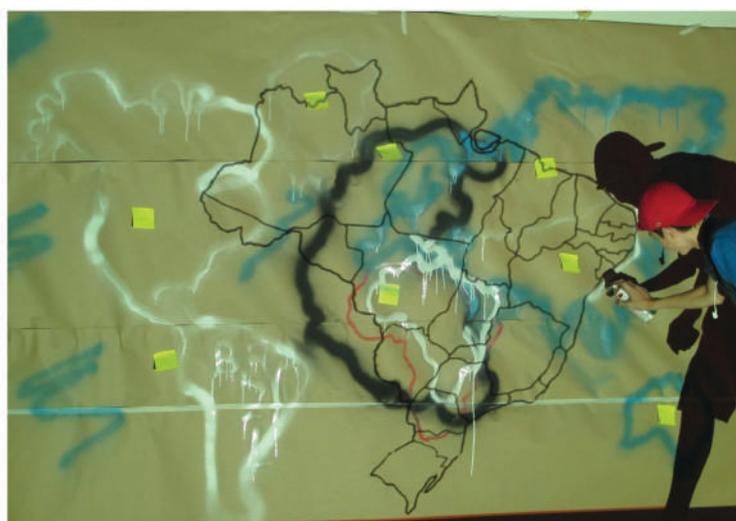
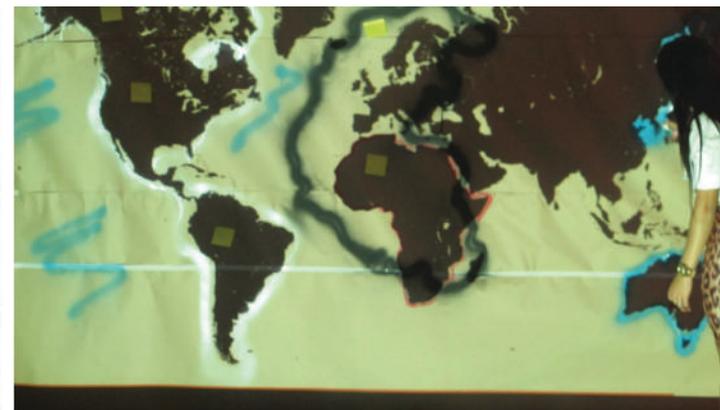
Sendo assim, grupos de conversa, o uso da tecnologia como mediadora da relação educador-educando e diferentes estações de trabalho dispostas na sala para que as pessoas tenham mais opções do que fazer foram as ferramentas metodológicas que surtiram mais efeito no processo.

LISTA DE PRESENÇA	DIA:	10/07/2014	17/07/2014	24/07/2014	24/07/2014
Nome	03/07/2014				31/07/2014
1. [Redacted]	OK	OK	OK	OK	OK
2. [Redacted] D. dos Santos	OK	OK	OK		
3. [Redacted] Silva	OK				
4. [Redacted] dos Santos	OK				
5. [Redacted] Silva	OK				OK
6. [Redacted]	OK	OK		OK	
7. [Redacted] dos Anjos	OK				OK
8. [Redacted]	OK				
9. [Redacted]	OK				
10. [Redacted]	OK		OK		
11. [Redacted]	OK		OK		
12. [Redacted]	OK				
13. [Redacted] de Oliveira		OK		OK	
14. [Redacted] da Silva		OK			
15. [Redacted] da Silva		OK			
16. [Redacted]		OK		OK	
17. [Redacted]		OK	OK		
18. [Redacted] Santos		OK			
19. [Redacted]		OK			
20. [Redacted] dos Santos		OK	OK		OK
21. [Redacted] da Silva		OK	OK		
22. [Redacted] Silva		OK	OK	OK	OK
23. [Redacted]		OK		OK	
24. [Redacted] de Silva			OK		
25. [Redacted]			OK		
26. [Redacted] da Silva			OK		
27. [Redacted]			OK		
28. [Redacted] Silva			OK		
29. [Redacted] dos Santos					OK
30. [Redacted] dos Santos				OK	
31. [Redacted]				OK	
32. [Redacted] de Souza				OK	
33. [Redacted] dos Santos				OK	

O sobrenome Silva ganhou especial popularidade no Brasil com a chegada dos africanos escravizados. Ao desembarcar dos navios negreiros vindos do continente africano; os africanos eram chamados de negros, batizados por padres jesuítas e ganhavam um nome cristão em português. O sobrenome vinha depois e geralmente era o mesmo do dono do escravo. Na época, muitos proprietários de terra eram "Silva", um sobrenome comum em Portugal. Um dos primeiros Silva a fixar raízes no Brasil foi o alfaiate Pedro da Silva, em 1612.

Santos, de origem religiosa cristã portuguesa, seria a abreviação de Todos os Santos, refere-se a esta comemoração da igreja católica. Na época em que se começou a adotar sobrenomes, este sobrenome era dado inicialmente às pessoas que nasciam em 1º de novembro, Dia de Todos os Santos. Outra origem é a referência geográfica à região de Sierra de Los Santos, na Andaluzia. Em sua linha sacerdotal, destaca-se o padre mineiro João Pedro dos Santos, que ao morrer, em 1850, reconheceu sete filhos. O nome Santos também foi adotado por judeus obrigados a se converter, os cristãos-novos, nativos chamados de índios no Brasil e africanos escravizados. Tal sobrenome possui variações em diversas línguas - francês: Toussaint, italiano: Sante ou Santoro.

O sobrenome Sousa – ou sua variação Souza – por ser um dos mais antigos de Portugal, passou a ser usado por diversas famílias portuguesas, e no Brasil desde o século XVII nativos chamados de índios e batizados por padres jesuítas receberam o sobrenome Souza, assim como, posteriormente os africanos escravizados, o que torna o sobrenome Sousa/Souza um dos mais populares no Brasil.



Atividade com mapas projetados sobre papel kraft na oficina. Essa atividade enquadra-se no tema território e pertencimento à cidade.



Intervenção em muro da rua Maria José, na Bela Vista, São Paulo (SP).  
Projeto final da oficina no núcleo Bela Vista.

## O saber que brota das vivências

Relato de Willy da Silva Araújo<sup>48</sup>

Antes de ser um educador social, que acredita na pedagogia do afeto, no *saber* que brota das vivências e na luta por relações mais humanizadas nesse mundo profundo em contradições.

Eu, Willy da Silva Araújo, tenho muito orgulho em dizer nessas primeiras linhas... Que em minha adolescência, fui *educando* de um gênero musical chamado Ritmo e Poesia, mais conhecido como Rap... Elemento que faz parte de uma transformadora cultura chamada Hip Hop. O Rap foi meu educador de referência e em vários momentos ele me disse com muita riqueza poética:

<sup>48</sup> Educador da oficina De Rolê: As mil fitas de uma juventude inconformada com a lei.

“O estudo é o escudo”  
GOG

“Tenha fé porque até no lixão nasce flor”  
Racionais MC's

“Assassinos sociais, hé. Os poderosos são demais”

GOG

“Todos são manos”  
RZO

“À luz do fim do túnel me guia,  
ninguém me enxerga como deveria”  
Parteum

Foram mensagens como essas que me possibilitaram pensar na minha condição de jovem negro, oriundo de um bairro de periferia e questionar os *estereótipos* criados pela sociedade e tomar coragem para me submeter a ser sujeito da minha história soltando a voz. *Soltar a voz* é se apropriar da *palavra* é se colocar no diálogo, sem querer ser certo ou errado, estar aberto para as contribuições dos outros, sem deixar o autoritarismo matar a vontade de aprender e de compartilhar o conhecimento que nasce das vivências.

Meu primeiro contato com o Rap, como disse acima, foi ouvindo... Ainda sou um ouvinte, apaixonado pelo gênero musical, mas só ouvir pra mim não foi o suficiente... Então resolvi querer saber como era o processo e o desenvolvimento, *a arte de fazer rap*. Tomado pela curiosidade comecei a virar algumas madrugadas tentando escrever alguns versos, mas foi em um curso de Ritmo e Poesia que descobri que tinha capacidade para ser um MC e fazer parte da cultura Hip Hop.

Hoje sou mais um mestre de cerimônia e um educador social que se utiliza do “canto rimado” enquanto ferramenta para construir possibilidades de diálogos sobre: a educação das relações étnico-raciais, redução de danos, Direitos Humanos, poesia e produção musical.

Através desse envolvimento com o Rap e da minha experiência trabalhando enquanto educador social atendendo crianças e adolescentes em vulnerabilidade, fui convidado a fazer parte da equipe da oficina *De rolê – as mil fitas de uma juventude incomformada com a lei*. Assumi o trabalho de pensar e realizar as oficinas junto de três outros educadores.

## Meu primeiro contato com os jovens

Quando cheguei, encontrei alguns adolescentes olhando para o teto, outros de cabeça baixa e outros entretidos com celulares. Como era o primeiro contato, tomei muito cuidado para não ser um “palestrante” que fala, fala, mas ninguém entende nada. Então propus fazermos uma roda de apresentação. Na roda todos os adolescentes falaram seus nomes, mas senti que era um desafio muito grande, para esses jovens, falar em grupo, olhar sem baixar a cabeça e não me chamar de *Senhor*.

A roda no encontro foi formada para nos aproximarmos, mas infelizmente não teve essa serventia. Aquele momento parecia uma entrevista. Era visível o desconforto e o estranhamento no olhar de cada jovem. Então, deixei o grupo dispersar. E foi na *dispersão natural* que um dos adolescentes se aproximou e me perguntou, rindo:

– Aí senhor você fuma maconha?! Se quiser um chá, tá aqui o número do meu celular. Só ligar. Estou trabalhando na *lojinha* da rua ✕✕✕.

Por eu ser negro e usar *dreadys* não me surpreendeu e nem recebi a pergunta como um julgamento. Mas fiquei curioso em saber o “porque” de ele me fazer aquela pergunta. Mesmo sabendo que talvez a resposta do adolescente poderia ser algo relacionado à minha identidade dentro da diáspora africana.

Então respondi, sorrindo:

– Eu não fumo, mas já experimentei em minha adolescência.

Percebi que o adolescente estava à vontade e naquele momento estava nascendo um diálogo de forma espontânea. Mas aquela *troca de ideia* poderia tomar um rumo reflexivo ou moralista, tudo ia depender da minha percepção enquanto educador para conduzir o bate papo. Como o adolescente me disse que trabalhava na *lojinha*, ou seja, no tráfico, perguntei se não era arriscado trabalhar na *lojinha* e se ele sentia medo de ser internado novamente na Fundação Casa. O adolescente me respondeu, de forma naturalizada, que não tinha medo de trabalhar no tráfico, que precisava ganhar dinheiro para roupas, e que a Fundação Casa era *chocolate*, ou seja, era tranquilo, e o *veneno mesmo* era estar trancafiado em presídios.

Fiquei refletindo sobre tudo o que ele me disse e não quis fazer mais perguntas, pois minha preocupação era não transformar aquele momento de escuta em um confessional. Essa troca de ideias me fez pensar nesse ciclo vicioso de atos infracionais nos meios de comunicação de massa que estimulam o consumo e, em como esse jovem é vítima dessa sociedade dividida em classes sociais que só valoriza o *Ser pelo Ter*.

Como era um primeiro encontro, contive minha ansiedade em falar e minha expectativa de querer conhecer mais sobre as vivências desse adolescente. Agradei pela troca de ideia e falei que os nossos encontros no De Rolê seriam para nos conhecermos mais e para aprendizado de coisas novas.

Nos encontros com os adolescentes conheci um pouco sobre o *Funk* e a *Cultura da Ostentação*, elementos presentes na relação que os adolescentes têm com o mundo e com a vida. Embora eu more em um bairro de periferia e conheça um pouco sobre o histórico do *Funk* na estética do som de artistas como James Brown e Claudinho e Bochecha, o meu conhecimento era bem limitado.

A vertente do Funk que estava mais próxima no cotidiano dos jovens que vinham aos encontros do *De Rolê* era o *Funk Ostentação*. Então, para conseguir dialogar com os adolescentes e entender o universo – paralelo – cultural que eles estavam inseridos, senti a necessidade de conhecer mais sobre esse mundo.

Em alguns encontros propus dialogarmos sobre rimas e produção musical. Iniciei a oficina recitando um poema que escrevi inspirando nos encontros que conversamos sobre preconceitos, rolezinhos nos *shoppings* e violência policial.

### **Rolezinho Poético**

A ascensão social

Não purificou o preconceito racial

Nesse fluxo de consumir, existir e pertencer

A ostentação levou eu e você para shopping

Na saída sofremos violência policial

Legitimada por quem tem ódio de pobre

Nossa vã filosofia formada pela mídia

Gerou uma “retinose pigmentar”

Daqui pra frente só lemos em braille a bíblia

E falamos em “língua” esperando Mitra voltar

Apocalipse de informação distorcida

Dias de cão sem cão guia...

Para ajudar atravessar avenida do lamento

Pensamento de escravo, na livre competição

Oprimido assalariado, despolitizado

Sonhando em ser patrão

Minha visão perdeu a visão

Nesse mundo onde o Ter cegou o Ser por cifrão

Recitei o poema acima e perguntei se a mensagem do mesmo dialogava com a realidade. Alguns adolescentes ficaram com receio de falar, mas teve um adolescente que disse que já tinha sofrido preconceito em algumas lojas da cidade de São Paulo. E que era vítima da abordagem policial frequentemente. Perguntei se ele sabia me dizer quais eram os fatores que fazem um policial abordar uma pessoa. O adolescente disse que não sabia, mas uma forma de deixar a sociedade em choque era “ostentar os kits e ouvir o Funk”.

Perguntei para ele se a cor da pele e a classe social nos diferenciava dentro da sociedade.

Ele disse:

– *Sim. Mas com as notas de cem vamos além do esperado.– Mas quando não tem as notas de cem? Como ficamos? O que fazemos?* – perguntei.

*O jeito é ir meter as peças “Senhor”!* – ele respondeu.

– *Mas será que não tem outra possibilidade além de meter as peças ou trabalhar na lojinha?*

– *Acho que talvez seja trabalhando!*<sup>49</sup>

Nesse encontro conversamos sobre o *Funk Ostentação*, que se desenvolveu nos bairros de periferias de São Paulo e da Baixada Santista, antes de atingir os territórios nacionais. Falamos sobre os temas abordados nas composições dos MCs, que na maioria das vezes são relacionados ao *pertencimento da sociedade capitalista pelo consumo* – termo que os artistas preferem chamar de *ostentação*. E é no fluxo de ostentar, de pertencer pelo ter que os MCs escrevem e improvisam versos sobre carros, motos, correntes de ouro, bebidas, roupas de marcas, além de citações às mulheres, chamando-as de *novinhas*.

Como a oficina era sobre rimas e produção musical os adolescentes tiveram contato com um teclado *midi* (MPK) e um programa de produção musical chamado *Fruity Loop*. Alguns adolescentes gostaram muito do teclado, inclusive tentaram fazer um som. Teve um que me perguntou se um teclado daquele era mais caro do que um celular *android*. Respondi, sorrindo, que era bem mais barato... E que, em relação ao teclado, daria pra ostentar, pagando um preço acessível e ainda fazer um som de alto nível. Ele sorriu e disse que tinha tocado violino, durante seis anos, mas não lembrava mais como era que tocava as partituras.

Nesse mesmo dia, pedi para os adolescentes cantarem uma música que gostavam independente do gênero musical. A ideia era

---

49 Mais tarde refleti como é difícil pensar numa lógica de trabalho que humaniza o trabalhador em uma sociedade onde tudo é mercadoria. Onde a escravidão foi transformada em servidão moderna. Onde a gente escuta dentro de casa e em alguns espaços religiosos que o trabalho dignifica o homem. Mas no modo como se dão às relações de trabalho no capitalismo, o que resta para o trabalhador é fugir do trabalho como o diabo foge da cruz. Não podemos naturalizar a ideia que para os jovens as únicas possibilidades que existem é trabalhar nas lojinhas da vida ou nos lava-rápidos, onde vão as naves que ele sonha em ostentar.

conhecer mais do repertório musical dos jovens. Uma adolescente cantou uma música do Mc Rashid e também cantou uma composição de sua própria autoria. Essa adolescente me disse que, para além do *Funk* gostava também de Gal Costa, Racionais Mcs, Sabotage e Rashid.

Partir de propostas de trabalho com os jovens é importante, mas é também necessário estar preparado para trabalhar a partir do encontro, no contato com os jovens, percebendo o ambiente e como os jovens estão se sentindo nesse ambiente. Pensar em abrir as oficinas é validar esses jovens enquanto sujeitos de múltiplos saberes. É fundamental o educador mostrar para o jovem dentro do processo de aprendizagem que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987)<sup>50</sup>.

É importante estar atentos às brechas, às conversas paralelas e às entrelinhas; olhando para esses jovens para além do *kit*, para além da *casca*. Querer aprender com eles. Para além de serem jovens em conflito com a lei ou cumprindo uma medida, eles são jovens, são seres humanos. Ter olhar aberto a vê-los como sujeitos. O desafio é criar espaços que eles possam enxergar que são mais e não menos.

As políticas voltadas para as medidas socioeducativas só vão avançar de fato se pudermos observar esses jovens enquanto jovens. Na condição de seres humanos, para além da sua condição social, enxergando com sensibilidade cada adolescente como único, considerando processos de violações de direitos e pensando o trabalho de educação popular na perspectiva de uma reparação histórica.

---

50 Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## Reverberações

*Depoimento de André Faustino*<sup>51</sup>

Nos encontros com os educadores do É de Lei e com os adolescentes que se dispuseram em participar do grupo de forma atrelada com a medida socioeducativa, denotei que o espaço e o cenário são importantes para uma proposta inversa de um atendimento socioeducativo. O grupo promove um tempo para a imersão na liberdade de expressão, pois é um trabalho que segue na contramão de um atendimento e é direcionado para o “ser em questão”. Aos poucos a relação em grupo foi ganhando força e, encontro após encontro, entre educadores e adolescentes, foi possível gerar formas diferentes de pensar.

Presenciei algumas fantasias dessa geração relacionadas ao “imediatismo” e também relatos que estavam arquivados bem no “fundo do baú” que durante alguns meses de atendimento não vieram à tona. Isso foi surpreendente.

Quando se está frente a frente em um atendimento, um dos cuidados é de não entrar com um discurso preparado. Essa armadilha às vezes acontece, adivinhe o que gera? Vazio para o técnico e para o atendido, tendo em vista que o ar de superioridade às vezes toma conta, funcionando em uma linha vertical, em uma posição de impor “metas e objetivos” produzindo bastante resistência, já que o tempo para as condições mínimas de se ligar com o “tu e eu, eu e tu” na horizontal, é desfavorecido.

---

51 Técnico do núcleo de MSEMA Santa Cecília.

Durante alguns atendimentos nem sempre estamos abertos e prontos para criar situações favoráveis e giramos em torno do nosso próprio universo. Construimos, assim, barreiras e nos distanciamos de uma relação interpessoal que poderia ser saudável e prazerosa.

Geram-se dúvidas, incertezas e desconfianças porque entra-se com uma “fala pronta,” produzindo o que já era esperado pelo adolescente. No final das contas ele já sabia qual seria o desfecho da comunicação, então praticamente não houve nenhuma novidade e acréscimo para este.

Essa repetição pode deixar a relação à mercê, podendo deixar escapar a arma transformadora: a palavra, afinal a área social pode ter muitos entraves, mas algumas etapas podem ser superadas, o que depende muito mais da ação humana e principalmente do diálogo.

Em relação ao grupo, a mágica do experimentar tem o poder de “transformar” e isso acontece em um misto de força, fragilidade e potência. Essa experiência necessita de um requisito, o de querer participar do exercício, procurar se desarmar e estar aberto para o encontro do inusitado. Isso pode gerar inquietações, pequenas turbulências, questionamentos e indagações, as articulações e conexões auxiliam nas curvas e direcionam para novos horizontes, o grupo prolifera e cada um ultrapassa para dimensões diferentes.

Cada um no seu mundo conhecido ou desconhecido e com seu jeito de ser, expressando-se da forma que lhe é mais conveniente. O que me chamou atenção nos encontros foi à cooperação, a capacidade de criar e reinventar, isso me levou a refletir sobre a continuidade de trabalho com o grupo.

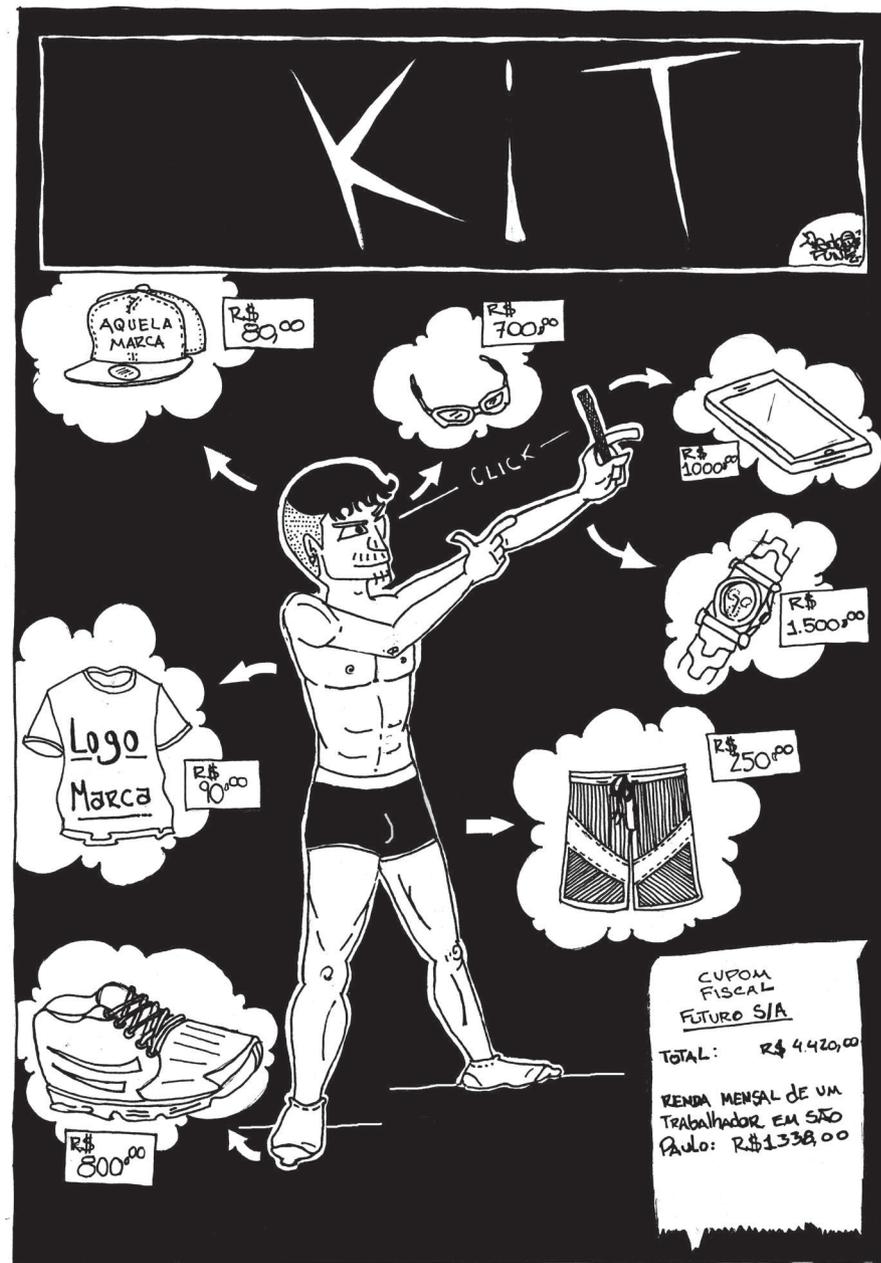


Ilustração de Pedro Brandão realizada a partir do encontro com o universo dos jovens participantes da oficina. São Paulo, 2014.

Pude entender que as pessoas podem disseminar informações e conteúdos, independente do grau de instrução e colaboram de acordo com sua experiência de vida. O fio condutor pode ser levado até onde quisermos e podemos decidir se ligamos a outros ou não.

Cada um levou o seu fio condutor da maneira que lhe foi mais adequada. Tiveram aqueles que vieram em um único encontro e não buscaram efetivar uma conexão com a turma, contudo, foram respeitados, por outro lado apareceram guerreiros que aprenderam com os pequenos choques e descobriram que isso faz parte de um processo contínuo, pois entenderam e compreenderam a situação no decorrer das atividades propostas e nas trocas de experiências.

Tive a oportunidade, ao final de alguns encontros, de participar com os educadores do É de Lei e juntos realizarmos uma avaliação (*feedback*), no sentido de perceber se tinha sido positivo ou não. Ao meu ver essas pequenas pausas foram relevantes, porque através dessa conclusão, os educadores elaboravam estratégias diferentes para o encontro seguinte, esse entrelaçamento dos dois trabalhos e as visões multidisciplinares, no meu ponto de vista, favoreceu no caminhar, no sentido de aguçar o conhecimento e de ter um olhar voltado para o ser humano. Contribuiu também para as pessoas se sentirem com direitos iguais, fazer as colocações que necessitavam de acordo o nível cultural de cada participante, sem terem uma obrigação; a ação do grupo ocorreu de forma livre e espontânea.

Essa pequena jornada me fez notar aspectos do ser humano, que são só dele. Essa parte intrínseca pode se tornar explicável ou continuar inexplicável, isso depende do que o sujeito quer para si.

Entretanto, fiquei com a sensação de que os adolescentes ganharam asas, fico pensando no que vão fazer com elas, espero que não cortem e desenvolvam mecanismos para darem prosseguimento no ato de crescer. No serviço de medida socioeducativa, teremos que auxiliá-los e levar adiante esse belo trabalho iniciado.

Afirmo que as minhas asas também cresceram e não quero cortá-las e, necessito me observar a todo tempo para não fazer isso com aqueles que cresceram comigo. Agradeço essa oportunidade junto ao Projeto É de Lei e com os adolescentes, as ações multiplicadoras de conhecimento, cultura, histórias e experiências de vidas, trouxeram possibilidades inovadoras para as pessoas; e eu sou uma delas.

Entre nós haviam alguns que estavam voando por aí “à toa” sem mais e sem menos, como se fossem um pedaço de papel em branco sem qualquer ideologia de vida, Imagino que após os encontros, vão repensar um pouco sobre o que querem por aí no desenrolar do mundo e na continuidade de suas vidas. *As mil fitas de uma juventude inconformada com a lei* me proporcionaram crescimento pessoal e profissional.

# Textos, letras, poemas e frases construídas nas oficinas de Hip Hop

## **Coração de Favelado**

Hoje acordei procurando minha amada.

Por tantos cantos, mas não encontrava.

Estava pirando, enlouquecendo.

Se perguntando aonde será

Que ela está vivendo?

Quando chegava em casa cansado

Das minhas correrias.

Ela vinha me abraçava

Pra alegrar meu dia.

Me apresentou pra sua família.

Me colocou como o homem da sua vida.

Nem mesmo eu estava acreditando

Por tudo aquilo que agente superamos.

Foi muitos problemas e humilhação.

Fui tirado muitas vezes como (ex-ladrão).

Minha japonesa ninja da amazonas.

Me hipnotizou com aquele seu aroma.

Perfume doce com gosto de morango.

Sem seus beijos me encontro delirando.

A inveja entrou em minha casa

Perturbou e gerou uma desgraça.

O Clima transformado em briga.

Levando ao fim de uma história querida.

Se separamos foi muito embaçado.

Um dia eu acordei e ela

Já não estava do meu lado.

Então entrei em desespero

Fui ver se achava ela no emprego.

Mas a vida é uma caixinha de surpresa

Ela foi embora e eu fiquei na tristeza.

Mas pensei não posso me entregar

São “coisas da vida” vou batalhar

Não vou desistir de encontrar um outro amor

Que me compreenda e me dê valor.

**Autor: Wendell De Jesus Pimentel (Dentinho)**

## **Arco-Íris no firmamento**

### **da cidade de (açúcar amargo)**

Cabelo crespo

Tocando o céu AZUL anil.

Pele da cor da noite.

Sorriso AMARELO (banguela).

Sentado na praça CINZA.

Sem árvores VERDES

Acariciadas pela brisa.

Sem camisa.

Em baixo do sol

Mergulhado no etanol

Com “tang” de LARANJA.

Olhar VERMELHO

Pintado pela ganja.

Acompanhado de um

Vira lata de franja MARROM.

Ele cantou um som:

Canto na maloca.

Canto na boca de rango.

Minha vida... não é uma

Folha em BRANCO.

Moro na rua, mas não vivo de favores

Sou o poeta "Arco-Íris" meus versos têm cores.

**Autor: Dr Willy**

## **Mago**

Um presente, o que chamamos de ausente.

Ei, pode olhar, pode tocar, você sabe ousar?

O esquema refletido nos demais o objetivo de sonhar.

Ah! O porque dessa imensidão

Então seria isso.

Hum. Sentir, ouvir, manusear;

Uma gíria. É osso.

Mérito impressionante em segredo curioso.

Podes crê. Sem limites pra você saber.

Neste momento surge a mensagem destinada.

Seria sim, basta poder aprender a elevar.

Ah! Mas não sei, isso é como liquidar.

Oh... como não sabe se a partida tá iniciada.

Hum... parece massa essa jogada. Perceptível.  
Atchim. Atchim. Isto é óbvio. Todos sabemos.  
Como surpresa o ideal surge pra todos. Inexplorável.  
Não entendeu. Claro: Assim, se identifique  
E torna-se o que conhecemos.  
  
Agora eu sei. É meu mesmo e não esquecerei.  
Pois agora que sabe. Para terminar seja você o cara.  
Inesquecível como um prêmio destinado ao rei  
Com aquela coroa que não havia cara  
se encontra também a joia rara.

**Autor: Diego de Paula Machado**

## **Coisas da Pele**

Aos olhos de alguém.  
Quem sou? O que penso? Da onde sou?  
Pela cor da pele.  
  
A cor da pele é um crime.  
Com armas e facas, assim nos definem!  
instiga a cor da pele na luta,  
Canetas enxadas cansativa labuta.  
  
Vergonha! A cor da pele me irrita,  
Ser negro... a cor da pele é preta,  
Os céus e a terra são testemunhas,  
Olhares rasgaram minha pele sem unhas.  
  
A cor da pele é um time,  
Que joga, resiste no jogo,  
Mesmo de baixo de ferro e fogo.

A cor da pele é um filme

Real, anormal, verdadeiro e mal.

A cor da pele que geme de pernas abertas,

Com dores de parto, pelo sangue no chão

A decorrência dos fatos.

A cor da pele é meu pai,

Mais negro que eu,

Igual aos demais.

A cor da pele é cruz...

Pesada, sofrida, criação da luz.

A cor da pele é eterna,

Por que tudo isso? Por causa da pele,

Raízes maternas.

Dedicado ao ser humano

em situação de rua nas cidades do mundo.

**Autor: Rodrigo Cosme**

## **Racismo**

Me olho no espelho.

E vejo minha imagem.

Condenada pela sociedade.

Por causa da escravidão.

Por não ter oportunidade

De ganhar o meu pão.

Vivo às margens da sociedade

Essa é minha indignação.

**Autor: Paulo Henrique**

## Sem Nome

Homem na favela sendo humilhado.

“Zona Leste” povo, viela.

Essa esse NÓS somos proceder.

Consequência, sequência limitada.

Crime, violência HIPHOP.

**Autor: Rodrigo Bispo**

## Mãos

Mãos, mãos sem pressa.

A fazer o pão.

Ao pegar o bolo.

A matar a cede.

Orquestrando a política.

A dizer a verdade.

Por tampar os olhos.

Fardo amargo.

Das mãos que herdarão o chão.

A ponta da ceta.

Do pare e diga: “Siga”.

O que é proibido?

O que é ecológico?

Puxar tirar da gaveta.

Nas mãos um maço

De rosas secas.

Por a pena dizer a verdade.

Rosto a rosto.

Olhos nos olhos.

Negras eram as mãos do operário.

Nas “teclas” ao contrário do pianista

Em preto e branco!

**Autor: Aécio Cardoso**

## **Hip Hop**

A criação da palavra é a existência do poder.

Pensa e domino.

Não se coloca irmão contra irmão.

Melhor o perdão.

Camaro e correntes de ouro.

O timbre do valor que tira os “Hais”

Da inspiração da virtude.

O funk é para quem nasce no subúrbio, na favela, no gueto.

Esse sabe bem falar de riqueza.

**Autor: Rogério Guimarães**

## **Sonho**

Meu sonho é viver dignamente.

Poder cuidar da minha família.

Cumprir minhas responsabilidades.

E a união entre o Ser Humano

Independente de raça chamar

O outro de mano.

**Autor: Wagner Trindade**

“Nunca pise em ninguém quando estiver subindo

por que você pode encontrar ela quando estiver descendo.”

**Erick Santander**

“A vida é foda e boa ao mesmo tempo, lora tá tudo bem...

uma hora as coisas mudam, mas de boa

as coisas são assim mesmo.”

“Meu sonho é que todos os irmão de pele

e cores acordem e corram atrás.”

**Leonardo Almeida**

“Você mora no meu coração e não precisa pagar aluguel!”

**Jucimar Barbosa**

